



ATA

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ORDEM DO DIA -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

1 - INFORMAÇÃO SOBRE SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2022. -----

2 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - CONCURSO PÚBLICO N.º 8/22 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO 1.º CICLO. -----

ASSEMBLEIA -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2022. -----

4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2022. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

5 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2023 PPI - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2023. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - MAPA DE PESSOAL 2023 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS. -----

IMPOSTOS -----

6 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2022. -----

- 7 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2023.-----**
- 8 – DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2022 (A COBRAR EM 2023). -----**
REGULAMENTOS-----
- 9 – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2023.-----**
- 10 – REGULAMENTO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO E POR GROSSO, E DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS, COM CARÁTER NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----**
FREGUESIAS-----
- 11 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - FREGUESIA DE TABUADELO E SÃO FAUSTINO – PEDIDO DE DESAGREGAÇÃO.-----**
- 12 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - FREGUESIA DE SERZEDO E CALVOS – PEDIDO DE DESAGREGAÇÃO. -----**
- 13 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - FREGUESIA DE CONDE E GANDARELA – PEDIDO DE DESAGREGAÇÃO.-----**
- 14 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE – PEDIDO DE DESAGREGAÇÃO.-----**
- 15 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE – PEDIDO DE DESAGREGAÇÃO.-----**
- 16 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO SÃO JOÃO E VERMIL – PEDIDO DE DESAGREGAÇÃO.-----**



**17 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS
– FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO SÃO SALVADOR E
GONDOMAR – PEDIDO DE DESAGREGAÇÃO. -----**

CÂMARA -----

**18 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
GUIMARÃES. -----**

DIVERSOS -----

**19 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE
GUIMARÃES NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. -----**

RECURSOS HUMANOS-----

**20 – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
MUNICIPAIS.-----**

CONTRATAÇÃO SERVIÇOS-----

**21 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS -
CONSULTA PRÉVIA N.º 71/22.-----**

ENTIDADES PARTICIPADAS – LABORATÓRIO DA PAISAGEM-----

**22 – CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM O “LABORATÓRIO DA
PAISAGEM DE GUIMARÃES - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" - ANO DE 2023. -----**

ENTIDADES PARTICIPADAS – VITRUS AMBIENTE -----

**23 – CONTRATO PROGRAMA – VITRUS AMBIENTE, EM, S.A. - SERVIÇO
PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS FLEXÍVEL. -----**

ENTIDADES PARTICIPADAS – A OFICINA -----

24 – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA A OFICINA 2023. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – TAIPAS TURITERMAS -----

**25 – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS
2023.-----**

- ENTIDADES PARTICIPADAS – TURIPENHA -----
- 26 – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TURIPENHA 2023. -----**
- ENTIDADES PARTICIPADAS – TEMPO LIVRE-----
- 27 – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TEMPO LIVRE 2023. ----**
- ENTIDADES PARTICIPADAS – CASFIG -----
- 28 – APROVAÇÃO DOS CONTRATOS A CELEBRAR COM A CASFIG 2023. -----**
- ENTIDADES PARTICIPADAS – FRATERNA-----
- 29 – CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR COM A COOPERATIVA FRATERNA
2023.-----**
- ENTIDADES PARTICIPADAS – CURTIR CIÊNCIA -----
- 30 – CONTRATO PROGRAMA COM A CURTIR CIÊNCIA - ASSOCIAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES. -----**
- PATRIMÓNIO -----
- 31 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE DUAS PARCELAS DE
TERRENO SITUADAS NA RUA DE CABO VERDE - FREGUESIA DE CREIXOMIL.**
- 32 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE DUAS PARCELAS DE
TERRENO SITUADAS NA URBANIZAÇÃO DA CARVALHEIRA - FREGUESIA DE
BRITO. -----**
- 33 – ADITAMENTO AO CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO
DA PLATAFORMA DE VIA NA LINHA DE GUIMARÃES ENTRE O KM 59,590 E
O KM 71.990 (ECOVIA DE GUIMARÃES).-----**
- 34 – CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE TERRENOS
ANEXOS À LINHA E ESTAÇÃO DE GUIMARÃES, ENTRE O KM 55,050 E O KM
55,700 (ECOVIA DE GUIMARÃES). -----**
- OBRAS PÚBLICAS -----
- 35 – CONSOLIDAÇÃO E RESTAURO DA PONTE DO SOEIRO - SERZEDELO -
REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS.-----**
- 36 – LIGAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RUA DA**



VITÓRIA À RUA CAMPO DA ATACA - ALDÃO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS.-----

37 – REQUALIFICAÇÃO DO TARDOZ DO CENTRO COMERCIAL VILA - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E ATUALIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO-----

38 – REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB2,3 DE SÃO TORCATO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO.-----

39 – REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO EM CURSO E ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE 172 FRAÇÕES A CONSTRUIR, DESTINADAS A REALOJAMENTO HABITACIONAL NO ÂMBITO DO 1º DIREITO – OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO. -----

CULTURA-----

40 – ILUMINAÇÕES DE NATAL NAS VILAS (2022) - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS.-----

FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E APOIOS MUNICIPAIS)-----

41 – FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – CONCESSÃO DE APOIO – ALTERAÇÃO DO MAPA ANEXO À DELIBERAÇÃO DE 20 DE JUNHO DE 2022. -----

42 – FREGUESIA DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM - SUBSÍDIO - CEMITÉRIO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022. -

43 – FREGUESIA DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM - SUBSÍDIO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022. -----

44 – FREGUESIA DE GUARDIZELA - SUBSÍDIO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022. -----

45 – FREGUESIA DE NESPEREIRA – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 10 DE MARÇO DE 2022. -----

46 – FREGUESIA DE PINHEIRO - OFERTA DE BANDEIRAS.-----

- 47 – FREGUESIA DE SELHO SÃO CRISTÓVÃO - OFERTA DE BANDEIRA.-----
- 48 – FREGUESIA DE PENCELO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 10 DE
FEVEREIRO DE 2022.-----
- 49 – FREGUESIA DE PENCELO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE
ABRIL DE 2022.-----
- 50 – FREGUESIA DE TABUADELO E S. FAUSTINO – ALTERAÇÃO DA
DELIBERAÇÃO DE 20 DE JUNHO DE 2022. -----
- 51 – FREGUESIA DE PINHEIRO - OFERTA DE BANDEIRA. -----
- 52 – FREGUESIA DE PONTE – APOIO À RODAGEM DE FILME – APROVAÇÃO.
- 53 – FREGUESIA DE AZURÉM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS – DELIBERAÇÃO DE 21/04/2022 – CORREÇÃO DOS
DOCUMENTOS DE CABIMENTO. -----
- 54 – CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS. -----
- 55 – FREGUESIA DE LORDELO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E
ATRIBUIÇÃO DE APOIO - ANO DE 2022 – ALTERAÇÃO DO MAPA ANEXO ÀS
DELIBERAÇÕES DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----
- 56 – CANDIDATURA DO PROGRAMA DA ABAE ECO-FREGUESIA XXI –
EDIÇÃO 2022/2023 – APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO. -----
- 57 – PROPOSTA PARA APOIO ÀS FREGUESIAS PARA GESTÃO E
MANUTENÇÃO DOS PARQUES INFANTIS PÚBLICOS.-----
- 58 – GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS
FREGUESIAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO MUNICIPAL. --
APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----
- 59 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

Pelas vinte e uma horas e vinte minutos foi declarada **ABERTA A SESSÃO**.---

Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: (PS) Eleitos diretos: (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, José Manuel



Nogueira Teixeira Bastos, Maria da Conceição da Cunha e Castro, César Manuel de Castro Machado, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Elsa Cristina Silva Ribeiro, David José Gonçalves Faria, Elvira Matos da Silva Fertuzinhos, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Pedro Manuel da Silva Mendes, Márcio Rafael da Silva Ferreira, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, Francisco José Mendes Pereira, Carlos Miguel Marques de Castro, Elizabete Pinheiro Fernandes de Castro, Sérgio Manuel Pires Fernandes, António Manuel de Freitas Ribeiro e Cristiana Pereira dos Santos; (PSD) – Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Carlos Jorge Caneja Amorim, André Filipe de Castro Sousa Casalta, Ana Sofia Teixeira, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, José Pedro Ribeiro Salazar e Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa; (CDS-PP) - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Paulo Miguel Lima Peixoto e João Paulo Serra Salazar; (CDU) - José Manuel Torcato Ribeiro, Inês Alves Rodrigues e Catarina de Freitas Marques; (CH) - André Filipe Mendes de Castro Almeida; (BE) – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; (IL) – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, José Inácio da Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Flora Maria Freitas Duarte (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Gonça) –

PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, António José da Silva Ribeiro – PSD, Néelson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

Ausências inferiores a trinta dias: Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, José de Castro Dias, Maria José Teixeira Martins, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Sandra da Luz da Cunha Martins, Dionísio Cardoso Ribeiro, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Diana Catarina Oliveira da Silva, Anabela Cardoso Castro, André Guimarães Coelho Lima, Emídio Guerreiro, Ana Margarida da Costa Teixeira, Tiago Vieira Laranjeiro, Rui Armindo da Costa Freitas, Susana Manuela Marques Araújo, Daniel



André de Sousa Rodrigues, Célia Maria Abreu Magalhães, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Augusto César Fernandes Guimarães, João Manuel Gonçalves Miranda e Sérgio Alberto Castro da Rocha. -----

Faltaram os seguintes membros: Vasco Manuel Azevedo Marques, Rafaela Alexandra Lobo Peixoto Mineiro Mendes, João Pedro Mendes Monteiro, Carlos Vítor da Cunha Gonçalves, Joaquim Jorge Rodrigues Pereira, José Pereira da Silva, Marta Sofia da Silva Gonçalves, Ricardo Jorge Carvalho de Castro, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu e João Pedro Oliveira Martins Castro.

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Adelina Paula Mendes Pinto, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

- Do requerimento do Grupo Municipal do Chega solicitando informações à Câmara Municipal relativas à GUIMAGYM – Clube de Ginástica de Guimarães; - Da justificação de ausência à sessão ordinária realizada no dia 30 de setembro, apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato, António Alberto da Costa Martins; - Do convite da Junta de Freguesia de Gondar para a cerimónia de inauguração da nova sede da Junta de Freguesia, que ocorreu no dia 16 de outubro de 2022; - Do convite da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho para a Palestra “Portugal e Espanha na Europa”, que ocorreu no dia 11 de outubro de 2022; - Do convite do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães para o lançamento da III série, vol. XI do Boletim de Trabalhos Históricos 2022, que

teve lugar no dia 14 de outubro de 2022; - Do ofício da Associação Nacional das Assembleias Municipais remetendo, para conhecimento dos Grupos Parlamentares, informação sobre a Conferência subordinada ao tema “Gestão de Risco na Governação Pública Local e os Desafios da Auditoria”, que se realizou no dia 14 de outubro de 2022; - Do convite da Sociedade Musical de Pevidém para a Comemoração do 128º Aniversário, que decorreu no dia 15 de outubro; - Do convite da Associação Nova Escola para a apresentação oficial, a realizar no dia 29 de outubro de 2022; - Do requerimento do Grupo Municipal da CDU solicitando informação à Câmara Municipal a respeito da Muralha de Guimarães; - Da convocatória para uma reunião do Conselho Municipal de Educação, agendada para o dia 3 de novembro de 2022; - Do ofício do Grupo Municipal do PSD a indicar a composição da Direção Parlamentar e a solicitar o agendamento de uma reunião com o Presidente da Mesa da Assembleia; - Do ofício da Assembleia de Freguesia de Barco remetendo cópia da Moção aprovada, por unanimidade, em sessão ordinária realizada em 28 de setembro, intitulada “Atribuição de vale escolar para aquisição de material escolar aos alunos dos 1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário do Concelho de Guimarães – Ano letivo 2022/2023”; - Do ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português remetendo, para conhecimento, as propostas que apresentaram para o Orçamento do Estado para 2023, no sentido de serem abolidas as portagens nas ex-SCUT e de impedir os brutais aumentos que as concessionárias se preparam para impor aos utilizadores das autoestradas e pontes concessionadas; - Do ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Tabuadelo e S. Faustino remetendo, nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, a proposta de criação de duas novas freguesias: Freguesia de Tabuadelo e Freguesia de S. Faustino, e desagregação das freguesias de Tabuadelo e S. Faustino; - Do ofício do



Presidente da Assembleia de Freguesia de Conde e Gandarela remetendo, nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, a proposta de criação de duas novas freguesias: Freguesia de Conde e Freguesia de Gandarela, e desagregação das freguesias de Conde e Gandarela; - Do ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Serzedo e Calvos remetendo, nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, a proposta de criação de duas novas freguesias: Freguesia de Serzedo e Freguesia de Calvos, e desagregação das freguesias de Serzedo e Calvos; - Do ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Prazins Santo Tirso e Corvite remetendo, nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, a proposta de criação de duas novas freguesias: Freguesia de Prazins Santo Tirso e Freguesia de Corvite, e desagregação das freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite; - Do ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente remetendo, nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, a proposta de criação de duas novas freguesias: Freguesia de Sande Vila Nova e Freguesia de Sande S. Clemente, e desagregação das freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente; - Do ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil remetendo, nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, a proposta de criação de três novas freguesias: Freguesia de Airão Santa Maria, Freguesia de Airão São João Baptista e Freguesia de Vermil, e desagregação das freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil; - Ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar remetendo, nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, a proposta de criação de três novas freguesias: Freguesia de Souto Santa

Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, e desagregação das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar; - Do convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Taipas para sessão de apresentação pública dos novos Órgãos Sociais; - Do requerimento do Grupo Municipal do PSD a solicitar informações à Câmara Municipal a respeito do acordo celebrado com o IHRU, no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; - Do requerimento do Grupo Municipal do PSD a solicitar informações à Câmara Municipal sobre a revisão do Plano Diretor Municipal; - Do requerimento do Grupo Municipal do PSD a solicitar informações à Câmara Municipal a respeito da proposta do Plano Ferroviário Nacional, apresentado pelo Governo. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Não podemos começar a intervir sobre a Saúde em Guimarães sem recordar o triste filme da abertura do Laboratório de Hemodinâmica no Hospital Nossa Senhora da Oliveira. Que a ex-Ministra disse que abria até ao verão. Que o próprio Primeiro-Ministro garantiu que abria em novembro, em resposta ao Deputado André Coelho Lima. E quando se provou, novamente, que a palavra dada pelo Primeiro-Ministro não é palavra honrada, eis que surge nova promessa para março do próximo ano. É inaceitável e é humilhante para uma sociedade que se preze, que tamanha mobilização cívica em torno de uma valência que pode salvar vidas senhores eleitos pelo Partido Socialista, que pode salvar vidas mas que depende há anos de meras questões burocráticas só possíveis de resolver pelo Governo – o mesmo que governa há 7 anos e agora com maioria absoluta - é incompreensível que uma valência que pode salvar vidas continue sem servir



os cidadãos e ainda tenhamos que desesperar mais meio ano por burocracias de um Governo que, como disse Ricardo Araújo, “anda a brincar com Guimarães e os vimaranenses.”. Ainda no domínio da saúde local subscrevemos a afirmação do Presidente do Partido Socialista de Guimarães: “Colocar o cidadão no centro do sistema de saúde em vez das organizações”. E é precisamente porque subscrevemos o princípio que entendemos que a alteração do modelo de gestão da saúde pública em Guimarães merece um acompanhamento muito próximo por parte dos representantes dos cidadãos Vimaranenses. Assumindo que a Direção Executiva do SNS está a elaborar o plano de negócio da nova Unidade Local de Saúde de Guimarães, tal como defendido na reunião de Câmara pelo Presidente do PSD Ricardo Araújo, esta será uma alteração com contornos políticos e não exclusivamente técnicos. Importa perceber o impacto expectável deste modelo na melhoria dos cuidados de saúde, Os ganhos objetivos para os cidadãos, A forma de articulação entre Hospital e ACES e entre estes e outras entidades, E também a estrutura de decisão deste novo modelo, como ressaltou já o Presidente do Executivo Municipal. Porque não podemos aceitar uma subalternização da gestão dos cuidados de saúde em Guimarães à boleia de hipotéticas vantagens do novo modelo. Se concordamos em ter o cidadão no centro do sistema de saúde, temos nós, representantes dos cidadãos Vimaranenses, razões de sobra para decidir acompanhar o processo com a proximidade que se exige. Instituído uma comissão de acompanhamento da criação da Unidade de Saúde Local de Guimarães, no âmbito desta Assembleia Municipal, órgão da mais ampla representatividade dos Vimaranenses que queremos defender. Aqui chegados importa perguntar diretamente à Deputada Gabriela Nunes, líder do PS nesta Assembleia: o PS concorda com esta proposta? Deputada

Gabriela Nunes, o PS quer um acompanhamento político do processo, que efetivamente coloque os cidadãos, através de quem os representa, no centro da decisão? Deputada Gabriela Nunes, se o PS quer um processo transparente e participado, concordaremos tanto no princípio como na ação a tomar nesta Assembleia.”-----

Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Susana Gabriela Meireles Campos Nunes. -----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Municipal da CDU, considerou que a situação política do país está marcada pela acelerada degradação das condições de vida, aumento dos preços e, conseqüente, perda do poder de compra, que pesa cada vez mais nos salários e pensões, ao mesmo tempo que os grandes grupos económicos acumulam milhares de milhões de euros de lucro. Considerou que aumentaram os problemas decorrentes de décadas de políticas de direita, destacando a exploração da precariedade, desigualdades e injustiças sociais e a dependência externa. Acrescentou terem-se agravado as dificuldades no acesso aos serviços públicos, degradando o seu funcionamento e colocando em causa a sua capacidade e qualidade de resposta, lembrando a difícil situação do Serviço Nacional de Saúde e da escola pública. Considerou, também, que são os trabalhadores e o povo que estão a pagar a política de sanções, com o agravamento das suas condições de vida, e os grupos económicos aproveitam-se das sanções e da guerra, como antes se aproveitaram da epidemia, para acumular milhares de milhões de euros de lucro, agravando a exploração e promovendo a especulação no aumento dos preços. Lembrou que a inflação atingiu níveis elevadíssimos e que os preços dos bens alimentares não param de aumentar, como, identicamente, acontece com a energia e os combustíveis. No que toca à eletricidade e ao gás, lembrou que as grandes empresas



energéticas haviam anunciado novos aumentos, quando Portugal já tem custos dos mais elevados da Europa. Lamentou que os salários e as pensões não aumentem na mesma proporção, porque há muito que já foram absorvidos pelo aumento do custo de vida, recordando que todos os dias os trabalhadores perdem poder de compra, o que, na prática, significa um corte nos salários e nas reformas, ao contrário dos 13 grandes grupos económicos que, só no primeiro semestre do ano, arrecadaram 2.300 milhões de euros de lucros. Disse ser este o retrato das injustiças e desigualdades que, atualmente, se vive, uma minoria detentora de poder económico a acumular muitos milhões de lucros, enquanto a imensa maioria dos trabalhadores paga esses lucros com a exploração, o aumento do custo de vida e o empobrecimento. Prosseguindo, referiu que os grandes grupos económicos aumentam os preços a seu belo prazer, porque o Governo do Partido Socialista o permite, particularmente quando se junta aos partidos de direita para rejeitar as medidas de controlo e fixação de preços propostos pelo PCP e quando alimenta a falsa solução do combate ao aumento dos preços, por via da redução dos impostos. Reiterou a necessidade de haver mais justiça fiscal, de forma a aliviar a tributação sobre os salários, as pensões, as micro, pequenas e médias empresas, e tributar, de forma efetiva, o capital, os lucros, os dividendos e as grandes fortunas. Considerou que a tentativa de explicação do aumento dos preços com o volume de impostos tem como objetivo ocultar a origem dos lucros e manter os grupos económicos mais livres para que continuem a aumentar os preços como querem, como acontece nos combustíveis, aproveitando para lembrar que durante mais de um ano os impostos não sofreram qualquer alteração, mas o preço dos combustíveis não parou de aumentar. Ao invés das medidas temporárias e transitórias, avançadas pelo Governo e que se revelam

insuficientes e limitadas, como se o agravamento das condições de vida que se faz sentir se dissolvessem em meia dúzias de meses, considerou que a acelerada degradação da situação económica e social e o avolumar das dramáticas consequências destas opções tornam a situação insustentável e evidenciam a necessidade de se avançar com medidas imediatas que, articuladas entre si, permitam os quatro objetivos primordiais: 1 - Assegurar a valorização do poder de compra dos trabalhadores e reformados; 2 - Combater o aumento dos preços; 3 - Garantir o cumprimento dos direitos sociais; 4 - Garantir uma mais justa distribuição da riqueza. Acrescentou que estas medidas de emergência devem ter em consideração a necessidade de uma resposta de fundo aos problemas nacionais, a partir de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, porque é na liberalização dos mercados que está o problema de fundo, as regras que permitem o aumento dos preços, com que os grupos económicos multiplicam os seus lucros. Acrescentou, também, que é na privatização de empresas e setores estratégicos da nossa economia que está a origem de uma grande parte das dificuldades em intervir, de forma eficaz, para contrariar essas formas de apropriação da riqueza nacional pelo grande capital, sendo que a origem de uma parte significativa do aumento do custo de vida e do empobrecimento está na exploração dos trabalhadores e na recusa do aumento de salários e pensões. Acrescentou, ainda, que a destruição do nosso aparelho produtivo dá origem ao endividamento e à dependência externa do país e é a degradação, eliminação e privatização dos serviços públicos que dá origem à destruição dos direitos sociais e da negação do seu carácter universal. Pelo exposto, disse que Portugal precisa de uma alternativa e de uma política que dê resposta a todos problemas que atrás referiu, e, além disso, que garanta o acesso à habitação, que salve o Serviço Nacional de Saúde da degradação a que está a ser sujeito, que garanta à escola pública as condições para



cumprir a sua missão de emancipação e de igualdade social e assegure os direitos das crianças e dos pais, que defenda o país e as populações do flagelo dos incêndios, que assegure a soberania alimentar e a defesa da produção nacional, entre tantos outros objetivos que correspondem a cada um dos problemas que atingem os trabalhadores, o povo e o país. -----

André Faria Ferreira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Em abril de 2015 a Ecoibéria, empresa especializada na reciclagem de resíduos plásticos, viu o projeto para a sua instalação em Penselo aprovado pela Câmara. Em 2016 e dada a contestação pública o processo foi suspenso. Passados cerca de dois anos do projeto aprovado, em março de 2017, foi aprovada a revogação da aprovação do projeto de arquitetura. Não podemos esquecer também da empresa “Outrasformas”, da qual tinha prestado serviços em 2015 à Ecoibéria. Na altura um arquiteto da Divisão de Desenvolvimento Económico da Câmara era sócio dessa empresa e motivou mesmo um processo disciplinar. Com isto quero transmitir-vos que apesar de parecer, o assunto não foi esquecido. As consequências ambientais foram graves e as financeiras estão por determinar. Hoje venho cá falar-vos porque passados tantos anos desde o início deste processo, todos nós, os vimaranenses, estamos a verificar a incapacidade de gestão do município, principalmente os moradores circundantes. Graças a uma intervenção tardia, verificamos ainda nos dias de hoje um monte esventrado, naquele que é e foi um atentado ambiental. O município está preocupado com as questões ambientais e até mesmo em ser Capital Verde Europeia, e para este terreno, o que está previsto? Mas isto tudo será culpa da Ecoibéria? A empresa apenas pretendia criar uma instalação no nosso município e trazer investimento. Isto num município que para além de não conseguir prestar

um bom serviço aos seus munícipes também não consegue atrair emprego. Sabemos que estão instaurados, pelo menos, dois processos judiciais pela empresa contra a Câmara Municipal de Guimarães. Qual o risco financeiro para o Município? Há já alguma decisão efetiva? O Município e, por conseguinte, quanto poderão ter que pagar alguma indemnização à Ecoiberia? Para concluir, o PSD Guimarães pretende reforçar duas questões, a questão Ambiental, repito, foi esventrado um monte, originando um atestado ambiental. Que responsabilidades serão apuradas a este nível? O que se pretende fazer para minimizar os danos? Não menos importante, a questão financeira, a câmara gerou expectativas e parou a obra muito tarde, exponenciando os seus riscos.”-----

Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A vida é um direito, não a morte – que deve ser bem-vinda, não administrada. “Toda a vida nos foi dada. Nós somos donos de uma pequena parte de nós mesmos, porque tudo o resto foi-nos dado. Ninguém se criou a si próprio. A destruição da própria vida é a destruição do conceito de Homem”. A eutanásia “é, como diz o Papa Francisco, contra a Ecologia, é criar vidas descartáveis, as dos mais idosos, vistos como “resíduos” ou “inúteis” e é, portanto, nesse sentido que a eutanásia é um retrocesso civilizacional”. “Mas estas vidas descartáveis, estes idosos são sabedoria, as raízes da sabedoria de nossa civilização, e esta mesma civilização elimina-os”. E principalmente hoje, nos nossos dias e tempos, através da lei da ‘eutanásia oculta’. A lei que promove um Serviço Nacional de Saúde ineficiente, com vergonhosas e imorais listas de espera de consultas e de cirurgias, para um país que se considera desenvolvido, com serviços hospitalares a encerrar ou a não abrir (mesmo que equipados); A organização que resulta com o aumento incomparável da população sem



médico de família (cerca de 1,4 milhões de portugueses, cerca de 1 em cada 7 portugueses e, na região de Lisboa e Vale do Tejo, mais de 25% dos utentes do SNS); Com o tempo absurdo de espera para uma consulta que se pretendia de urgência ou mesmo de seguimento, por falta de profissionais de saúde e de organização de serviço; Com a ausência de cuidados paliativos, determinante para a dignidade do ser humano que se encontra fragilizado. Estes Cuidados Paliativos que não encurtam nem prolongam a vida, antes têm o seu foco na qualidade de vida, respeitam a dignidade e a autonomia do doente. Estes cuidados de saúde ativos e rigorosos, que ajudam a viver até ao fim, num apoio prestado que vai para além do controlo dos sintomas, para além do uso de fármacos, intervindo nas várias dimensões do sofrimento humano e, a estes, a mais de 70% dos portugueses se nega o acesso. Se a pessoa, em cuidados paliativos se sentir amada, respeitada e acolhida, a sombra negra da eutanásia desaparecerá ou torna-se quase inexistente, porque o valor do ser de uma pessoa mede-se pela sua capacidade de dar e receber, não pela sua produtividade. Em 2021 viviam em Portugal 2,3 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, um aumento de 12% face ao ano anterior, o que corresponde a mais 256 mil pessoas. Com 22.4% da população em risco de pobreza ou exclusão social, Portugal passou a ser o 8º país da UE27 com maior proporção da população a viver este tipo de vulnerabilidade social e económica, situação nunca antes observada. Portugal apresenta-se, ainda, como o Estado-membro com maior aumento dos níveis de desigualdades de rendimento. Importa, também, destacar a vulnerabilização da população com 65 ou mais anos, em 2021. A pobreza monetária aumentou nesta população sénior, mas é ao nível da privação material e social severa que a vulnerabilidade da população com 65 anos ou mais se destaca face aos restantes grupos etários. Em 2021, a

população com 65 anos ou mais (24%) e em particular a população com 75 anos ou mais (26.7%), encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, sendo que 7.9% dos idosos estavam em privação material e social severa. Repito, valores nunca antes observados, mesmo em anteriores períodos de crise económica. Como é fácil, num quadro dramático de pobreza, ter a tentação de uma visão utilitária da pessoa, ainda mais vulnerável e em exclusão, que se torna inútil ou pode ser equiparada a um custo, mesmo quando apregoada a prática da eutanásia, como apenas aparentemente o de estimular a liberdade pessoal, se do ponto de vista médico não tiver esperança de melhoria ou já não puder evitar a dor. Este contexto socioeconómico e cultural tende a desvalorizar o precioso significado da vida humana, concentrando-o sobretudo na sua eficiência e utilidade, a ponto de considerar como 'vidas descartadas' ou 'vidas indignas' aquelas que não atendem a esse critério. Uma sociedade merece o *status* de "civil" se desenvolve anticorpos contra a cultura do desperdício; se reconhece o valor intangível da vida humana; se a solidariedade for efetivamente praticada e salvaguardada como fundamento da convivência. Valor intangível da pessoa e da vida, de viver ou morrer, com dignidade. Dignidade, essa, que não se esgota ao longo do nosso percurso de vida, mesmo nas vicissitudes e sofrimentos que a vida nos possa trazer, e não se obtém quando se desiste ou recusa a vida, por mais que sem significado aparente. E mesmo os avanços tecnológicos não devem ser utilizados para transformar o ser em objetos e distinguir entre aqueles que ainda merecem ser tratados e aqueles que não merecem, pois são considerados apenas um fardo, e às vezes até um desperdício. Todos somos sensíveis ao sofrimento e, certamente quase todos, fomos tocados por situações de sofrimento de alguém próximo, o que nos leva a refletir sobre o futuro e sobre a equívoca expressão do "direito de morrer de forma digna". Equívoco porque a morte não se constitui como



direito, muito pelo contrário: o direito que é consagrado na nossa constituição é o direito à vida e a sua inviolabilidade; e não existem morte mais dignas do que outras, mas sim a sua inevitabilidade e circunstâncias. E é no apoio à vida que se pode conferir dignidade até à morte, num direito que o Estado, em tantos e tantos casos, tem vindo a falhar de forma dramática. E também no apoio a quem pretende escolher a morte, como forma de resolver os problemas, num raciocínio de amargura e rejeição da esperança, envolvido numa decisão de desistir de tudo e romper todos os laços. Alguém que neste dilema, por falta de cuidados e compreensão, solicita um pedido de homicídio a uma entidade tutelada pelo Estado. Em vez de desistir, devemos exigir. Desistir da passividade perante o empobrecimento do país, em particular dos mais idosos, combater a exclusão social e a ausência de cuidados de saúde. E exigir políticas que protejam o cidadão, que respeitem e apoiem quem sofre, que promovam o direito à saúde e à vida, que cumpram os deveres sociais e do Estado, em particular os cuidados de saúde atempados e adequados. Porque não desistimos, porque pretendemos lutar por uma sociedade que não cataloga e que elimina os mais frágeis, porque entendemos que a dignidade está na Vida, dizemos não à Eutanásia e em coerência o CDS apresenta uma moção de condenação a esta Assembleia Municipal.” -----

Margarida Pinheiro Pereira, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Através da comunicação social tivemos conhecimento do descontentamento dos comerciantes no que respeita a Guimaraes-Cidade Natal. Passo a citar algumas afirmações feitas pelos comerciantes: - “as paradas são pobres, têm poucos figurantes, a casa do pai natal é repetida! Não se vende nada! Esforço-me por manter a loja aberta num horário alargado, mas nem assim!

Nunca houve um Natal com tão pouco negócio! Natal, época de presentes, e nesse âmbito, continua o executivo camarário a presentear o comércio tradicional com decisões unilaterais e, mais do que isso, não ouvindo os comerciantes! Tentei falar com o Presidente no dia em que inauguraram a árvore, mas ele não me quis ouvir! Estas são queixas e muitas mais foram tornadas publicas, pelos comerciantes do centro histórico, numa recente reportagem jornalística. Nessa mesma notícia, escreve o jornalista que procurou ouvir a CMG mas até ao fecho desta reportagem não obteve resposta. Se Maomé não vai à montanha! A Montanha vai a Maomé! Pois bem, aqui estamos para colocar as questões e ouvir respostas sobre temas concretos e relevantes. Senhor Presidente: a) Como explica a avaliação negativa da Guimarães-Cidade Natal? b) Os comerciantes apresentaram propostas para dinamizar o comércio? Foram consideradas ou rejeitas as propostas? Como explica a situação do comércio tradicional vimaranense? d) Os comerciantes têm fundamento para as suas críticas ou estão errados?

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Municipal da IL, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Gostaria de iniciar a minha intervenção repetindo um excerto de uma das minhas intervenções, na última Assembleia Municipal, sobre o relatório de atividades apresentado pela câmara: ““É sintomático, desde logo, que não haja uma referência a qualquer atividade ou iniciativa para promover o comércio local. Quem procurar nas 88 páginas as referências a “comércio local”, encontra zero. Quem procurar as referências a “comércio tradicional”, encontra zero. “Lojas do centro histórico” zero. E tantos outros assuntos relacionados com a dinamização da atividade económica em todo o território do concelho... zero.” Desta forma, no final de mais um ano civil e em plena época natalícia, período esse que avaliando apenas através de uma perspetiva económica é essencial para o sustento e crescimento do



comércio tradicional. Desta forma e na medida do que já foi falado na última Assembleia por parte da Iniciativa Liberal, estamos no momento ideal para fazermos uma reflexão sobre este importante setor de atividade, que tem vindo a sentir dificuldades crescentes, e onde não vislumbramos uma estratégia concelhia que possa assegurar o seu desenvolvimento futuro. Todos aqueles que, corajosamente, fazem desta atividade o seu modo de vida têm experimentado obstáculos inéditos e desafios verdadeiramente complexos, em ciclos económicos muito difíceis, que teimosamente se repetem sem dar tréguas. Aos anos da crise da dívida, nunca completamente resolvida, sucederam-se os anos da pandemia e agora, a guerra da Ucrânia, num ambiente adverso e extraordinariamente agravado pela subida das taxas de juro, pelas pressões inflacionistas e pelo aumento dos custos energéticos. A este enquadramento macroeconómico, juntam-se as dificuldades em desenvolver esta atividade num concelho que regista perda de população, que não vê crescer o poder de compra e que insiste em estar ausente nas estratégias que sejam capazes de promover o desenvolvimento sustentado deste setor. Só os mais resilientes resistem e, mesmo esses, em estado de permanente fragilidade. Não é possível pensar Guimarães sem um Comércio de Rua robusto! Não é possível pensar em Comércio Tradicional, sem estabelecer linhas estratégicas de desenvolvimento para o setor, que possam ir além da sorte, do acaso ou da direção em que sopra o vento. Meus senhores, minhas senhoras, é tempo de diversificar o foco. Guimarães é um bonito postal turístico e é inegável o investimento, que tem sido efetuado em espaços culturais. Mas o futuro passará necessariamente por mais, muito mais. O turismo é manifestamente insuficiente para garantir uma economia concelhia saudável e um concelho em processo de empobrecimento deixará de consumir cultura. É urgente que as ideias e os

projetos evoluam para além das conversas de circunstância e das tertúlias de café. É preciso focar no que queremos para o futuro, de que forma pretendemos estruturar e diversificar a globalidade da economia do concelho e, em particular, como poderemos dinamizar e imprimir uma constante vitalidade ao nosso comércio de rua. Falamos de comércio tradicional, mas falamos também de toda a estrutura económica do concelho. Como queremos fazer e onde queremos chegar, tendo em vista a diversificação e a robustez da economia vimaranense, é uma reflexão e um debate que nos cabe a todos fazer, sem exceção. Este sim, é um desafio prioritário para 2023, que deverá produzir resultados práticos...tão necessários, quanto urgentes. Dito isto, e depois dos diversos relatos desagradáveis que ouvimos por parte dos comerciantes locais, que estratégias possui a Câmara no que concerne à dinamização da nossa cidade e do seu comércio local.”-----

Pedro Manuel da Silva Mendes, do Grupo Municipal do PS, começou por referir ser com enorme orgulho que faz esta sua intervenção em defesa do Serviço Nacional de Saúde, dos seus profissionais, utentes e todos os que, como estes, se consideram filhos de um SNS que, independentemente da condição de riqueza, estrato social ou qualquer outra condicionante, garante a todos, sem exceção, cuidados de saúde gratuitos universais. Referiu, também, que o Serviço Nacional de Saúde é um estandarte de humanismo, e, enquanto socialista, sente a obrigação de cuidar deste serviço e de garantir que a universalidade e a gratuidade se mantenham. Dito isto, lembrando que nem todos os partidos representados na Assembleia Municipal se podem orgulhar do mesmo, lembrou os que em 1979 votaram contra a lei do SNS, quem estava errado, entre 2011 e 2015, quando decidiram enveredar pela linha dura do estado mínimo e quem estava errado em 2019 quando votaram contra a lei de bases da Saúde, mostrando



não perceber que a lei de bases enfrenta já hoje, e enfrentará ainda mais no futuro, uma série de problemas altamente complexos, como o aumento das necessidades assistenciais que derivam da alteração da composição demográfica do país. Com todo o respeito que tem pela ideologia política de cada um, disse saber que o espectro da direita do nosso panorama político quer que os cuidados de saúde dos portugueses sejam entregues às mãos dos privados, ficando sujeitos à ditadura do lucro, que colocará em causa, por definição, a universalidade e gratuidade dos serviços de saúde. Informou que o Partido Socialista empenhar-se-á, sempre, na construção de um SNS mais forte, capaz de dar resposta às necessidades das nossas comunidades. Prosseguiu, anunciando que, em março de 2023, entrará em funcionamento a Unidade de Hemodinâmica do Hospital Nossa Senhora da Oliveira, conforme garantia do novo Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde, Doutor Fernando Araújo. Deixou claro que foi um processo difícil de tratar e que, apesar dos esforços endividados pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Deputado Luís Soares, o Estado Central nem sempre teve a celeridade que se impunha, numa matéria desta importância. Participou, continuando, que o aludido Diretor Executivo pretende também criar em Guimarães uma Unidade Local de Saúde que permita melhorar a resposta às populações, conforme comunicação recentemente dirigida ao Presidente da Câmara Municipal. Não obstante serem as notícias positivas para Guimarães e para os vimaranenses, pediu atenção para que o documento final corresponda aos anseios da população e que esteja alinhado com as políticas da região. Manifestou o apoio do Partido Socialista para o apoiar no que for necessário, de modo a garantir que Guimarães não perca qualquer centralidade neste processo e para que os cuidados de saúde saiam reforçados desta reorganização dos serviços de saúde. Acrescentou que o

sucesso do SNS deve medir-se por tudo o que se conseguiu alcançar nos últimos 46 anos, pelo que se faz todos os dias nos hospitais, nos cuidados de saúde primários e em todo o Serviço Nacional de Saúde, onde os seus profissionais dão, muitas vezes com grande esforço, resposta aos nossos cidadãos. Reconheceu existirem dificuldades que os profissionais de saúde enfrentam, daí a importância de continuar a reforçar o SNS de recursos humanos e materiais fundamentais para a melhoria da qualidade dos serviços a prestar. Por último, referiu que vale a pena continuar a lutar por um Serviço Nacional de Saúde cada vez melhor, que orgulhe diariamente os cidadãos e para que lá esteja sempre que dele se precise. -----

Pedro Manuel da Silva Mendes respondeu aos esclarecimentos que lhe foram suscitados por Ana Paula Cardoso Lemos Damião e César Nuno da Costa Teixeira. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Estamos prestes a encerrar mais um ano civil, com o sentimento comum de termos ultrapassado mais um ano repleto de dificuldades. Se o ano passado e em 2020 lamentávamos a crise pandémica, com todas as suas consequências humanitárias e o augúrio de um novo período de crise económico-financeira, este ano fomos visitados por uma nova crise e um novo trauma coletivo. Com a invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa em fevereiro deste ano e conseqüente pacote de sanções, as economias europeias, em que a portuguesa se insere, retraíram-se, com novas consequências concretas na vida de milhões de trabalhadoras e trabalhadores. A sucessão de crises – pandémica, geopolítica e climática (vejam-se os efeitos devastadores dos anormalmente longos períodos de seca e calor extremo no verão, ou das recentes e assustadoras cheias na região Sul), colocou uma vez mais o maior peso dos encargos nos mais



vulneráveis – em quem menos rendimentos tem, em quem não detém capital e depende da venda da sua força de trabalho, trabalho esse muitas vezes precário e sub-remunerado. A esses é pedido, mais uma vez, e ainda sem recuperar totalmente dos programas de austeridade e de desmantelamento do Estado Social do período da *troika* e da governação da Direita, que suportem o peso desta crise. A inflação acentuada que vivemos este ano permitiu essencialmente duas coisas: uma degradação do poder de compra da população com efeitos sociais dramáticos e uma acumulação de lucros extraordinários e predatórios por parte de grandes empresas e grupos financeiros. Haverá os que defenderão a moralidade deste fenómeno, como uma inerência de um sistema económico que premeia o mérito, e haverão os que o expõem como uma contradição e uma perversidade de uma sociedade que normaliza a desigualdade a níveis grotescos. Nesta dualidade, sabemos onde é que o Partido Socialista se posicionou, defendendo a não taxação destes lucros, ao contrário até da Comissão Europeia, insuspeita de simpatias pela redistribuição de riqueza e pela crítica ao capitalismo. Sabemos também qual foi a resposta do Partido Socialista a todo o dramático quadro económico e social que referi – quase nula. Atribuiu-se um apoio extraordinário de 125€, profundamente insuficiente para os impactos da crise em tantas famílias, a que se junta agora um apoio de 240€, mas este apenas reservado a pessoas em especiais condições de vulnerabilidade, como se este gesto de comiseração fosse capaz de constituir um auxílio à sua condição débil de fazer face às despesas mais básicas. Até na atribuição de pensões, o executivo desenhou um número especial de malabarismo, que cedo se percebeu ser não só um logro, como austeridade maquilhada e encapotada. Pela Europa, governos de diferentes cores do espectro político e alguns deles historicamente menos

comprometidos com a defesa dos mais vulneráveis, foram capazes de dar uma resposta mais robusta a estes flagelos, provando a dimensão da inação de um governo somente preocupado com as metas orçamentais, mesmo que para isso tenha que sacrificar as famílias. Pelo meio, o governo convidamos a um novo debate – o da semana de quatro dias de trabalho. Fala da necessidade de repensarmos as nossas formas de organização social, para reservar mais tempo das e dos trabalhadores para a sua família e para a fruição pessoal. Implementa projetos piloto nesse sentido, financiados e que serão alvo de estudo e análise. Tudo isso, enquanto rejeita qualquer iniciativa para uma efetiva redução do horário semanal de trabalho, pelo que somos levados a acreditar que talvez a intenção do Governo não seja lançar as bases para uma redução do tempo de trabalho no setor privado, mas reinventar novas formas de mascarar exploração laboral, concentrando em 4 dias de trabalho o que hoje se trabalha em 5, beneficiando apenas as empresas que assim teriam menos custos de produção. Este tipo de raciocínio que o Governos nos tenta vender, de que progride na melhoria das condições de vida e trabalho das e dos trabalhadores, enquanto ajuda a acentuar a sua degradação. Vejamos as reviravoltas dadas no âmbito da discussão sobre o Trabalho Digno, em que o governo e o PS podiam executar todas as críticas feitas, enquanto oposição, às medidas impostas pela *Troika*. Mas não, avançam com mais dois dias de compensação por despedimento. Bem, 14 dias sempre são mais que 12, mas não deixam de poder ser lidos como um gozo com as e os trabalhadores portugueses. Cá permaneceremos, no Bloco de Esquerda, na denúncia desta política e na defesa de quem paga a fatura da crise, exigindo reais respostas de salvaguarda dos rendimentos, pela justa distribuição da riqueza e alterações à lei laboral que contenha efetivamente com uma visão de futuro e de avanço civilizacional e não com as ilusões vãs que o Partido Socialista nos tem oferecido. Não podemos



deixar passar em claro tudo o que envolveu e envolve o Mundial de Futebol no Catar. Desde a corrupção (mas essa não é só por lá), ao desrespeito pelos Direitos Humanos e laborais (por lá e em todos os sítios onde acontecem), até às infelizes declarações do Presidente da República e de outros representantes da nação, incapazes de tomar uma posição condigna. Mas, como dizia um *slogan* do Bloco, nós não vamos em futebóis! Celebrando hoje mesmo os 48 anos da União Democrática Popular, força política que se integrou no Bloco de Esquerda na viragem do século, herdamos o seu espírito exigente, exigente por uma política que proteja as e os trabalhadores deste país e deste concelho e exigente pelo cumprimento dos valores de Abril, de fortalecimento democrático e da salvaguarda da dignidade humana contra todas as opressões. Termino desejando a todas e todos os vimaranenses, nesta ocasião, um bom natal e bom ano de 2023.” --

Luís António da Silva Costa Abreu, Presidente da Junta de Freguesia de Urzezes, começou por falar da importância das bacias de retenção, inauguradas no ano de 2015, que têm evitado as inundações que eram recorrentes na zona baixa da cidade. Acrescentou que os recentes melhoramentos técnicos e o desvio das águas pluviais da Praça de Igualada para a bacia do Parque da Cidade, permitiram reforçar, ainda mais, a capacidade de reserva das bacias de retenção. Recordou que a Ribeira de Couros, que nasce na Montanha da Penha e que tem uma extensão aproximada de seis quilómetros, atravessa o centro da cidade e é o principal canal de drenagem do sistema de águas pluviais da cidade. Porém, lembrou que com a queda intensa de chuvas o caudal da ribeira aumentava de forma significativa, provocando, com alguma frequência, inundações, mais ou menos graves, nas suas áreas adjacentes, pelo que as bacias de retenção vieram permitir regular o caudal e a velocidade das águas, diminuindo, desta

forma, as inundações na zona baixa da cidade, nomeadamente, na rua da Ramada, rua da Caldeiroa, rua de Couros e Largo República do Brasil, locais com maior frequência de cheias, provocando muitos constrangimentos aos moradores e comerciantes. Prosseguindo, referiu que situações pontuais ainda acontecem devido a fenómenos extremos, cada vez mais constantes devido às alterações climáticas, mas, atualmente, com constrangimentos de curta duração e com prejuízos mínimos, comparativamente ao que acontecia no passado. Falou, depois, sobre o trabalho da rede de drenagem de águas que decorre no centro da cidade, estando em falta a construção de um troço de ligação do canal da Ribeira de Couros entre a Rua da Caldeiroa e a Rua da Liberdade, pela rua Padre Borges de Sá, obra que brevemente estará concluída e que trará importantes benefícios, também, para a mitigação do problema de escoamento das águas no espaço urbano. Disse, ainda, que, num futuro próximo, novos desafios vão continuar a surgir fruto das alterações climáticas, elogiando o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo atual Executivo Municipal na área ambiental, reconhecido ao nível nacional e internacional, colocando Guimarães numa das cidades mais bem preparadas para enfrentar esses desafios. Finalizou, recordando o trabalho que tem vindo a ser feito desde 2013, no âmbito da sustentabilidade, que a todos deve orgulhar.-----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Era de valor começar esta intervenção com o assunto da GuimaGym, mas como as respostas ainda não estão prontas, deixo essa parte para quando houver respostas. Assim começo com um tema muito interessante para nós, que é o Centro de Operações Integradas. Será para prever situações como o caso do funcionário municipal que furtava gasóleo? Será que vamos mais longe, e agora iremos prever casos como a invasão ao Centro Histórico por parte dos



adeptos Croatas? Ou é mais do que isso e até vamos saber se haverá mais furtos de cobre com a ajuda de abatimentos de árvores? Sobre a saúde poderíamos falar novamente sobre a Hemodinâmica, mas já temos mais uma data. Vamos esperar que o natal traga consciência e discernimento ao Partido Socialista e finalmente faça o que já foi prometido tantas vezes. Deixamos então a nossa preocupação. Não é segredo o que está a acontecer pelo país fora. As maternidades em decadência ou a fechar de vez. Famalicão é um vizinho que também já é vítima disto. E Guimarães Senhor Presidente, também vai fechar? Vamos passar a ter uma maternidade por Distrito? Que garantias tem, para a população, sobre a continuidade e proteção a este serviço de primeira necessidade? Já lhe foi perguntado aqui algo do género, mas como as datas, noutros assuntos, vão mudando, não queremos que as respostas neste assunto também mudem.” -----

José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Desde que começou em 1985, a ação "Capital Europeia da Cultura" cresceu em âmbito e dimensão, tendo-se tornado num dos eventos culturais mais prestigiados e destacados na Europa. Ao longo dos anos, a iniciativa também contribuiu para o desenvolvimento sustentável das cidades e dos seus arredores, trazendo-lhes – desde que bem preparadas - impacto a longo prazo em termos culturais, sociais e económicos. Como consequência, as CEC são agora reconhecidas como laboratórios de investimentos estratégicos na cultura, a nível local e regional. Em documento da Comissão Europeia de maio de 2018, são estabelecidas as diretrizes para as próprias avaliações das cidades dos resultados das suas CEC, definindo: Como OBJETIVOS GERAIS: - Salvar e promover a diversidade de culturas na Europa; - Realçar os aspetos comuns que partilham; - Aumentar o

sentimento de pertença dos cidadãos a um espaço cultural comum; e - Fomentar a contribuição da cultura para o desenvolvimento a longo prazo das cidades. Como OBJETIVOS ESPECÍFICOS: - Reforçar a variedade, a diversidade e a dimensão europeia da oferta cultural nas cidades, incluindo através da cooperação transnacional; - Alargar o acesso e a participação na cultura;- Fortalecer a capacidade do setor cultural e os seus vínculos com outros setores;- Elevar o perfil internacional das cidades através da cultura; Como OBJETIVOS OPERACIONAIS: - Estimular extensos programas de elevada qualidade artística; - Garantir que os programas culturais apresentam uma forte dimensão europeia e cooperação transnacional; - Envolver uma ampla variedade de cidadãos e partes interessadas na preparação e na implementação do programa cultural; - Criar novas chances para uma ampla variedade de cidadãos assistir ou participar em eventos culturais; - Melhorar a infraestrutura cultural; - Desenvolver as aptidões, capacidades e governação do setor cultural; - Estimular parcerias e a cooperação com outros sectores; - Promover a cidade e o seu programa cultural; - Melhorar a perspetiva internacional dos residentes. Será, certamente, com a ambição destes resultados que Évora em 2027 terá a responsabilidade de ser Capital Europeia da Cultura. É, pois, tempo de felicitar Évora pelo sucesso da sua candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027. Mas é também tempo de felicitar as 3 Cidades que acompanharam Évora na disputa final pela designação. Felicitações para Aveiro, Braga e Ponta Delgada. Felicitações ainda para todas as outras que apresentaram as suas candidaturas e desenvolveram trabalho, que certamente terá continuidade e perdurará no tempo. São elas Coimbra, Faro, Funchal, Guarda, Leiria, Oeiras, Viana do Castelo e Vila Real. Depois de Lisboa⁹⁴, Porto 2001 e Guimarães 2012, no dia 7 de dezembro de 2022, a presidente do Painel de Seleção das Capitais Europeias da Cultura anunciou que a



cidade de Évora foi recomendada para o título de Capital Europeia da Cultura 2027 em Portugal. Évora é a capital histórica da região do Alentejo, no Sul de Portugal. O seu conceito para a Capital Europeia da Cultura baseia-se no «Vagar», que é um modo de vida e um elemento forte do património imaterial da região, refletindo a necessidade urgente de a Europa e os europeus passarem para uma «filosofia de vida lenta». A recomendação foi feita por um painel de peritos independentes que avaliou as candidaturas das quatro cidades portuguesas incluídas na lista restrita. Mariya Gabriel, comissária europeia da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, afirmou: «Após Lisboa em 1994, o Porto em 2001 e Guimarães em 2012, Évora será a quarta cidade portuguesa a receber o título de Capital Europeia da Cultura, em 2027. Trata-se de uma oportunidade única para que uma cidade e os seus arredores tragam a cultura e a Europa para o centro das suas comunidades. É o momento propício para que os eborenses descubram a rica diversidade cultural do nosso continente e os elementos comuns que partilhamos enquanto europeus. As Capitais Europeias da Cultura ilustram a vontade da UE de criar uma união que reúna as pessoas em torno de valores comuns, como a liberdade de expressão, o Estado de direito, a democracia e a paz. Espero que Évora possa colher a longo prazo todos os benefícios culturais, económicos e sociais que a Capital Europeia da Cultura pode trazer». Parabéns ÉVORA 2027! Parabéns GUIMARÃES 2012! Parabéns PORTO 2001! Parabéns LISBOA 94!" -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por anunciar que, na passada semana, reuniu, na Câmara Municipal de Guimarães, com o Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde e que este lhe apresentou a sua leitura sobre a área da saúde em Guimarães e no âmbito regional, assim como a sua integração ao nível nacional. Nesta reunião, foi colocada a

possibilidade de ser criada uma Unidade Local de Saúde em Guimarães, cujo objetivo é integrar toda a prestação de serviços de saúde, cuidados hospitalares e cuidados primários, dos centros de saúde, cruzando, também, com os cuidados continuados. Referiu que a Unidade Local de Saúde visa a eficiência da prestação dos cuidados de saúde aos cidadãos, pelo que considerou ser uma proposta favorável e uma boa notícia para Guimarães. Acrescentou que, na mesma reunião, foi-lhe comunicado iniciar na presente semana a formação dos profissionais de saúde, que terá uma duração de cerca de três meses, para posterior operacionalização do Laboratório de Hemodinâmica, em março de 2023. Acrescentou, também, que no processo de audição a responsáveis políticos e de saúde que, frequentemente, tem tido, foi alertado para o facto de a experiência das urgências metropolitanas - que consiste na utilização de recursos que concentra determinadas especialidades em diferentes hospitais de uma área geográfica - como já acontece entre o Hospital Nossa Senhora da Oliveira e o Hospital de Braga, poder vir a prejudicar as urgências do Hospital de Guimarães, anunciando já ter comunicado esta preocupação ao Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde. A respeito do comércio tradicional, que afirmou ser essencial para o território e para a cidade, disse que é preciso uma *“pedrada no charco”*, porque, ao nível da sustentabilidade dos seus negócios, num contexto de políticas públicas, nomeadamente, municipais e nacionais, cada comerciante e suas associações têm que saber qual o rumo e o caminho a seguir, para poderem solicitar aos poderes públicos o contexto e o apoio que pretendem. Acrescentou, ainda neste âmbito, que a Câmara Municipal tem implementado medidas estruturantes para o comércio local, como é o caso dos Bairros Digitais, a que se candidatou, e quer implementar, envolvendo os comerciantes que se mostraram interessados. Disse haver outras cidades que revelaram que o comércio de rua é fortemente dinamizado quanto mais



pedonalização existir nas ruas e praças, sendo essa a pretensão da Câmara Municipal, nivelar a cota do passeio com a cota da via, de modo a transformá-la numa denominada “Zona 30”, com predominância pedonal, posteriormente regulada por colocação de sinalética, de interdição total ao automóvel, ou, caso se venha a concluir que a interdição total não é dinamizador da atividade comercial, a sua alteração para parcial ou retoma da circulação automóvel, aproveitando para lembrar que a alteração que é proposta pela Câmara Municipal diz respeito à zona superior do Largo do Tournal, Alameda de São Dâmaso e rua de Santo António. Referiu a importância deste investimento, também para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, descarbonizando e promovendo o transporte público. Prosseguiu, dizendo estar de acordo que os rendimentos dos trabalhadores, famílias e empresas têm que ser estudados de uma forma estrutural, porque se atravessa uma época de pandemia e vive-se uma guerra que provoca um elevado aumento nos preços, e, por consequência, dificuldades nas famílias, o que é preocupante. Por último, esclareceu que o Centro de Operações Integradas é um serviço fundamental, nomeadamente para os Serviços da Proteção Civil, porque procederão à monitorização da cidade em tempo real e à coordenação de toda a atividade de gestão operacional e respetiva comunicação, permitindo o acompanhamento em situações de maior complexidade, do qual fazem parte a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana, os Bombeiros Voluntários e todos os demais agentes de proteção civil. -----

O Presidente da Câmara respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, André Faria Ferreira, Margarida Pinheiro Pereira, André Filipe Mendes de Castro Almeida e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

----- PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO -----

----- INTERVENÇÕES -----

João Carlos Dias Machado, residente na Freguesia Serzedelo, referiu que a sua inscrição vinha na sequência dos esclarecimentos que obteve à sua intervenção na última sessão da Assembleia Municipal, realizada nos dias 29 e 30 de setembro, onde alertou sobre situações que pretendia ver resolvidas na EN 310. Assim, lembrou que, na altura, notou algum desconhecimento dos problemas desta estrada, tendo, até, percebido haver uma tentativa de responsabilização das Infraestruturas de Portugal. Deste modo, disse ter validado, pessoalmente, tal inconsistência e ter confirmado que a EN 310 é da responsabilidade municipal. Uma vez que não obteve, até à presente data, qualquer informação sobre as suas preocupações, deu conhecimento de que foi partilhando, numa página do Facebook, ao longo deste período temporal, todas as situações que vão ocorrendo da dita estrada e que, por entrega de um *QR-Code*, fez chegar todo o seu conteúdo aos membros da Assembleia. Saliu a importância da comunicação social na divulgação de informação ao público vimaranense, mesmo que seja uma vila próxima do concelho vizinho. Finalizou, realçando que continuará as publicações e a promover ações ou dinâmicas, com a comunidade, com vista à existência de algum dinamismo das entidades que identificou até ao momento.-----

Paulo Casimiro Guimarães Fernandes Gomes, Presidente da Direção da AVE – Associação Vimaranense para a Ecologia, começou por solicitar aos membros da Assembleia que procurassem perceber o conteúdo que queria transmitir e não a forma como transmitiria aquilo que pretendia dizer. A seguir, socorrendo-se da imagem de uma árvore, das que não se conseguem abraçar na sua totalidade, chamadas de “Gigantes Verdes”, como um Carvalho, uma árvore frondosa, uma riqueza, referiu tendo-se já comovido a pensar na facilidade com que se podem vir a derrubar estas árvores. Disse,



então, que a sua intervenção tinha a ver com o projeto da via de ligação ao Avepark, apresentado em 2015, e que pretende rasgar em 7 Km, numa via com 15 metros de largura, o território do Vale do Ave, território habitado, dividindo freguesias, destruindo hectares de reversa agrícola nacional e de reserva ecológica nacional, para uma ligação entre o Avepark e rotunda de S. João de Ponte, para posteriormente aceder à autoestrada e, segundo este projeto, ao Aeroporto do Porto, tendo acrescentado que, com este percurso, ter-se-á um ganho de 10 minutos face ao trajeto atual. A propósito de que Guimarães pretende tornar-se um Município mais sustentável e de que há hoje maior consciência ambiental, disse fazer sentido rever o traçado do projeto desta via de ligação ao Avepark, dizendo que ainda havia tempo de serem encontradas alternativas, evitando um erro irreparável. -----

António José Mota Fernandes de Melo, residente em Creixomil, usou da palavra para mostrar o seu descontentamento pela construção de um edifício destinado a residências universitárias na rua Miguel Torga, na Freguesia de Creixomil. Referiu que a Câmara Municipal viabilizou a construção do referido prédio, localizado junto à Horta Pedagógica e ao Pavilhão Multiusos, que contempla seis andares acima do solo e dois subterrâneos, num terreno que é reserva agrícola nacional e que, após a revisão do PDM, passou a ter viabilidade de construção. Recuou no tempo para lembrar que foi um terreno adquirido às Finanças por um contribuinte, que tem a área de 1.082 m², classificado como reserva agrícola nacional. Prosseguiu, dizendo que com a revisão do Plano Diretor Municipal, neste terreno, que passou a área de construção, foi apresentado um projeto à Câmara Municipal para construção de um prédio, que ocupa uma área de 2007 m², tendo-se detetado que 975 m² são domínio municipal, pelo que foi reprovado pela Divisão do Património Municipal, mas que, ainda assim, a

Câmara Municipal decidiu alienar os referidos 975 m2 ao terreno que lhe é contíguo para permitir a construção do aludido prédio. Ainda que o Município venha a invocar o interesse municipal para este tipo de construção, quis deixar claro que tal decisão beneficiará um particular, pois nada obriga a que o prédio se destine a residências universitárias, recordando que a Universidade do Minho e a Escola de Hotelaria ficam bem distantes deste local. Concluiu, contestando a alienação aprovada pela Câmara Municipal, pedindo a revisão deste projeto, alegando que, para além dos vários fatores atrás mencionados, poderá, inclusive, pôr em causa um futuro alargamento da circular urbana, da qual dista apenas 25 metros. -----
Concluídas as intervenções, usaram da palavra, para esclarecimentos, os seguintes Grupos Municipais: -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, em nome do Grupo Municipal da IL, agradeceu aos cidadãos as intervenções e informou, sobre a primeira intervenção, que a Iniciativa Liberal de Guimarães tem um endereço de email disponível a qualquer cidadão para colocar questões, mas que, obviamente, terão todo o gosto em ajudar o cidadão que interveio no que for possível. Quanto à segunda intervenção, disse desconhecer alguns dados referidos e não ter informação sobre o tema, mostrando, contudo, total disponibilidade para agendar uma reunião no sentido de perceber toda a matéria em causa. No que toca à terceira intervenção, disse ser um assunto já mais avançado e, por isso, estando previsto que a Iniciativa Liberal reunirá brevemente, abordará estas questões relacionadas com o processo de construção do referido edifício. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Municipal do BE, agradeceu aos cidadãos que usaram da palavra para manifestar as suas preocupações. Sobre a EN 310, considerou necessário recolher mais alguns dados sobre esta questão específica e que, por isso, de momento não estava



em condições de poder esclarecer, assumindo o compromisso de fazer a pesquisa necessária para responder de forma mais concreta. Relativamente à via de ligação ao Avepark, lembrou que o Bloco de Esquerda não é a favor da construção desta via, que votou contra na Assembleia Municipal, pela questão do impacto ambiental e de utilizar um terreno que é reserva agrícola. Acrescentou que o BE sempre defendeu, em detrimento deste tipo de intervenções, uma rede de transporte público capaz de satisfazer todas as necessidades dos cidadãos. Sobre a construção do prédio em Creixomil, manifestou desacordo por ter sido alienado um terreno municipal a um particular, tendo este o intuito de fazer negócio. Concluiu, alertando que, sendo a construção de um prédio com dois pisos subterrâneos, os terrenos encontram-se numa zona propícia a acumular bastante água no subsolo, o que pode dificultar o escoamento das águas e possibilidade de inundações.

André Filipe Mendes de Castro Almeida, em nome do Grupo Municipal do CH, elogiou o teor das intervenções e disse que o Chega terá todo o gosto em ajudar no que for preciso. Mostrou, também a sua disponível para participar na caminhada e percorrer toda a área que a via de ligação ao Avepark atravessará. Finalizou, informando dispor de reduzida informação sobre o projeto de construção do prédio destinado a residência universitária, prometendo que irá averiguar junto dos serviços da Câmara Municipal no sentido de obter mais informações, para posterior tomada de decisão sobre o assunto. -----

José Manuel Torcato Ribeiro, em nome do Grupo Municipal da CDU, após cumprimentar os cidadãos intervenientes, referiu que o poder municipal nem sempre noticia, de forma antecipada, as intervenções nos locais, o que deveria acontecer, como é o caso do terreno de Creixomil, o que evitaria problemas como os que foram levantados nesta Assembleia. Sobre a EN 310

referiu não ter percebido bem qual a pretensão do que foi transmitido na intervenção. Todavia, presumindo tratar-se do pedido de requalificação dessa estrada, transmitiu que iria tentar informar-se sobre o assunto para poder ajudar no que for possível. Sobre a via de ligação ao Avepark, referiu que, embora podendo-se discordar da decisão, se há obra que foi discutida, a ligação ao Avepark foi uma delas, recordando ter participado, enquanto exerceu funções de vereador municipal, em três ou quatro discussões públicas. Concluiu, manifestando total disponibilidade para ajudar naquilo que for possível. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, em nome do Grupo Municipal do CDS-PP, realçou a importância das intervenções do público, dizendo que é fundamental esta atitude proactiva dos cidadãos em fazer chegar as suas preocupações à Assembleia Municipal. Sobre a questão da EN 310 informou estar a ser trabalhado o assunto, embora não sendo com a rapidez que o cidadão gostaria, também não é no espaço de três meses que conseguem recuperar algo que já se arrasta há muito tempo. De seguida, dirigindo-se ao Presidente da Direção da AVE, esclareceu que o CDS-PP entende que a sustentabilidade tem que ser social, económica e, simultaneamente, ambiental. Recordou que o CDS-PP não acompanha a proposta de acesso ao Avepark que o Município tanto tem propalado, embora entenda que o desenvolvimento económico tem que ser feito de forma muito sustentada. Acrescentou existirem mecanismos legais, designadamente, as declarações de impacto ambiental, que têm de ser absolutamente respeitadas e, portanto, nesta matéria estão disponíveis para fazer algum lobby político no sentido de a solução não ser a que o Município quer preconizar. Sobre a intervenção relativa à construção do prédio destinado a residência universitária, disse ter tomado conhecimento do objeto na presente semana, do qual demonstrou, de imediato, preocupação e estupefação



sobre aquilo que consta do processo. Acrescentou, finalizando, que será questionada a Câmara Municipal sobre determinados procedimentos e, dentro daquilo que lhe for disponibilizado, fará chegar essa informação.-----

Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro, em nome do Grupo Municipal do PSD, e também na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia, uma das freguesias que será afetada pela via de ligação ao Avepark, agradeceu a intervenção proferida pelo cidadão Paulo Gomes e disse partilhar, totalmente, das suas preocupações. Acrescentou que, para além da questão ecológica, ambiental, social e territorial, que esta obra vai destruir largos campos de cultivo, vinhas e edifícios. Acrescentou, também, que, além de constituir uma catástrofe ambiental para o território da sua freguesia, será, também, uma catástrofe em termos sociais, pois vai destruir a maior vinha ali existente, rasgar os melhores campos de cultivo e destruir o Parque de Lazer acabado de construir. Apelou a que o Município dê uma palavra e escute as populações que serão afetadas, porque bem o merecem.

Ana Sofia Rodrigues Teixeira, em nome do Grupo Municipal em nome do Grupo Municipal, interveio para abordar as preocupações manifestadas sobre a construção do prédio na rua Miguel Torga, na freguesia de Creixomil, que considerou ser um assunto controverso, que envolve questões de natureza jurídica e que, seguramente, merecerá discussão nos tribunais. Todavia, disse não poder deixar de assinalar a contradição entre aquela que é uma narrativa ambiental do Município e uma prática que contradiz essa mesma narrativa, pois um executivo que tem o objetivo de tornar o seu território verde, deve procurar que seja verde em todo o momento e em qualquer processo decisório que tenha que tomar. Acrescentou que deverá ser adotada uma série de medidas de práticas sustentáveis que visem a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, a melhoria da

qualidade de vida de todos os cidadãos. No processo em questão, disse que o Município de Guimarães não tomou uma decisão coerente, tendo trocado o verde pelo cinzento do betão, o que trará consequências para o futuro. ----

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, em nome do Grupo Municipal do PS, agradeceu as intervenções, considerando-as um exercício pleno de cidadania e de direito que lhe apraz observar. Alertou que falaria em nome da bancada do Partido Socialista e não do Executivo Municipal. Posto isto, dando nota de que o Grupo Municipal do PS já havia reunido com o grupo de moradores da rua Miguel Torga, na freguesia de Creixomil, para tomar nota das suas preocupações sobre a obra que foi projetada e aprovada para habitação de estudantes. Lembrou tratar-se de uma matéria que diz respeito ao trabalho do Executivo Municipal, prometendo, contudo, que analisará o assunto, que terá em conta a necessidade do equilíbrio entre o impacto da construção e as necessidades do território. Prosseguiu, dizendo ter acolhido, de igual modo, as preocupações manifestadas pelo cidadão João Carlos Dias Machado sobre a EN 310, lembrando que o Município de Guimarães sempre se preocupou em manter as vias nas melhores condições, estando, atualmente, várias artérias em requalificação por intervenção do Município. No que toca à via de ligação ao Avepark, começou por lembrar que o desenvolvimento sustentável assenta em três pilares - o crescimento económico, a coesão social e a proteção ambiental - interligados e cruciais para o bem-estar individual, comunitário e social. Acrescentou que esta via de ligação é uma obra fundamental para o crescimento económico e da coesão do território, que irá capacitar o Avepark para o seu desenvolvimento e garantirá melhorias das condições de acesso, segurança e circulação entre o Parque de Ciência e Tecnologia, Guimarães e os principais eixos rodoviários. Concluiu, lembrando a avaliação sobre o impacto ambiental elaborado pela Agência Portuguesa do Ambiente e a



publicação do despacho do Ministério do Ambiente e Ação Climática e Coesão Territorial - Gabinetes dos Secretários de Estado da Conservação da Natureza e Florestas e da Administração Local e Ordenamento do Território nº 1385/2022, de 15 do presente mês, que reconhece como uma ação de interesse público o projeto relativo à construção da via de ligação ao Avepark. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO. -----

1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2022.

Submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, o ofício de Cruz & Associados, SROC, Lda. remetendo informação sobre a situação económica e financeira do Município de Guimarães reportada a trinta de junho de dois mil e vinte e dois, da qual foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em dez de novembro de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

2 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - CONCURSO PÚBLICO N.º 8/22 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO 1.º CICLO.

Submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, a seguinte informação: **“Encargo em 2023/Compromissos Plurianuais - Aquisição de serviços de transporte escolar de alunos do 1.º CEB - Concurso Público n.º 8/22 - Requisição interna n.º 15264/22 — Divisão de Educação** - O encargo do presente procedimento enquadra-se na alínea a), n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho. A assunção prévia de compromissos plurianuais foi aprovada, por deliberação da Assembleia Municipal de 29/12/2021, nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), na sua redação atual.

Assim, submete-se para conhecimento a prévia assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes termos:-----

Classificação Económica	Plano	Compromissos Plurianuais	
		Ano de 2022	Ano de 2023
020210	2.1.2.57		€456.000,00

Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (6%)

Mais se propõe que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais, até um valor máximo de €456.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (6%). Proposta de cabimento n.º 5230/22, de 26/10/2022". O Órgão Executivo tomou conhecimento em sua reunião realizada no dia dez de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

-----DELIBERAÇÕES-----

ASSEMBLEIA -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2022.

Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.--

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Maria de Jesus Teixeira de Carvalho, César Manuel de Castro Machado, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Francisco José Mendes Pereira, Carlos Miguel Marques de Castro, Elizabete Pinheiro Fernandes de Castro, Sérgio Manuel Pires Fernandes, António Manuel de Freitas Ribeiro, Cristiana



Pereira dos Santos, Ana Margarida da Costa Teixeira, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, José Manuel Torcato Ribeiro, Catarina de Freitas Marques e Flora Maria Freitas Duarte. -----

4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2022.

Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Maria de Jesus Teixeira de Carvalho, César Manuel de Castro Machado, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Francisco José Mendes Pereira, Carlos Miguel Marques de Castro, Elizabete Pinheiro Fernandes de Castro, Sérgio Manuel Pires Fernandes, António Manuel de Freitas Ribeiro, Cristiana Pereira dos Santos, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Ana Margarida da Costa Teixeira, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Inês Alves Rodrigues, Catarina de Freitas Marques, Flora Maria Freitas Duarte e António Alberto da Costa Martins. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

5 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2023 - PPI - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2023. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - MAPA DE PESSOAL 2023 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS. Submete-se

à discussão e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Grandes Opções do Plano e Orçamento 2023 - PPI – Plano de Atividades – Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2023. Regulamento de Execução Orçamental – Mapa de Pessoal 2023 – Orçamentos das Entidades Participadas”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

César Nuno da Costa Teixeira, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Quando analisamos e efetuamos a nossa intervenção política devemos ter presente um ponto bem claro. Todos os que aqui estamos pretendemos o melhor para os nossos concidadãos. O facto de todos coincidirmos nesse fim, não quer dizer que concordemos com os meios e instrumentos que em cada momento possam ser utilizados por quem detém o poder. É o caso do Plano e Orçamento que hoje estamos aqui a apreciar. Que vem na esteira de um conjunto de planos que têm colocado Guimarães sob a ameaça real da deslocalização de atividades económicas de valor acrescentado. Que se reflete na sistemática redução da população residente. Outros, no mesmo contexto económico e demográfico, conseguiram crescer ou atenuar a descida. Foram atrativos. Dinamizaram. Foram empreendedores. Aprenderam com a crise de 2008. Não esperaram que a solução caísse do céu nem se sujeitaram a que o céu lhes caísse em cima. Perceberam o problema. Construíram soluções. Guimarães tem um duplo problema: a) Não consegue atrair novos residentes; b) Não consegue fixar os residentes. Este plano esboça uma narrativa muito interessante, na identificação de alguns problemas. Mas falha nas soluções. Senão repare-se. Refere-se que a conjuntura económica, inflação e juros, vai trazer problemas económicos e



sociais. Diagnóstico lapalissiano, mas correto. Feito o diagnóstico o que seria expectável? Que o Município promovesse um alívio fiscal às famílias, trabalhadores e empresas. Mas não é isso que acontece. A política fiscal do Município é simples e criteriosa: taxar. Taxar. Taxar. E agora uma outra pergunta se impõe: será possível ao Município reduzir a carga fiscal? Claro que sim, o que torna esta decisão mais incompreensível. A receita fiscal paga pelos vimaranenses é mesmo superior à orçamentada. O Município, num ano que ele próprio prevê difícil para as famílias tem uma opção clara: esvazia as carteiras das pessoas, enche os cofres do município. Continua a taxar a classe média o quanto pode. Sei bem que muito há a fazer ao nível das classes mais vulneráveis. E até sei que o trabalho de acompanhamento é feito e bem feito a esse nível. Mas esta é a hora de aliviar quem também está sempre sobrecarregado e leva o País às costas: a classe média. Que não recebe os apoios dos mais vulneráveis. Mas paga impostos sem que tenha os recursos dos mais avantajados. O executivo poderia e deveria ter dado um sinal à classe média vimaranense. E não deu. Há aqui uma distância enorme ao nível fiscal entre o PS da Câmara e a nossa política fiscal. O objetivo é encher os cofres. Para poder distribuir a receita a seu bel prazer. Subjugando os cidadãos. Empobrecendo-os. Aumentando o exército de dependentes da caridade pública. Da nossa parte pretendemos dar poder e liberdade às pessoas e à classe média em particular. De fazerem a gestão dos seus recursos como bem entendem. Promovendo um alívio fiscal responsável. Para nós a receita que o município arrecada permite claramente reduzir impostos. Infelizmente não é esse o caminho do executivo. Perder o momento faz toda a diferença. O desenvolvimento económico já deveria ter estado no topo da agenda de Guimarães há anos. Quando outros estavam a semear, nós estávamos como a cigarra a cantar. Desafinados, é certo, mas a

cantar. Literalmente à espera que as coisas acontecessem. O “Risco de deslocalização de atividades superiores (de maior VAB) e de perda de atratividade de residentes e empresas para Guimarães, em benefício de Braga ou Famalicão é uma ameaça real. Diagnosticada por todos. E isto porque no devido tempo não fizemos o trabalho de casa. Em 2015 foi aprovado uma revisão do PDM que não respondia às necessidades. Com uma política de solos inimiga das pessoas e das empresas. Por isso mesmo a oferta de habitação em Guimarães é escassa. Por isso mesmo os parques industriais existentes são os que existiam há décadas. Precisamos inverter o ciclo. Novos parques industriais, com fáceis acessos às redes rodoviárias. Em Serzedelo, Urgezes, Brito/sande. É fundamental. É decisivo para que rapidamente consigamos combater a ameaça que décadas e décadas de inação nos trouxeram para o lugar onde estamos. É fundamental que, tal como outros o fizeram em devido tempo, avancemos com uma agência para o investimento e o desenvolvimento económico. Que outrora aqui propusemos e que o PS rejeitou dizendo bastar a Divisão Económica. Neste momento esta agência já nada tem de inovador. Outras estão no terreno há muito em outros concelhos. Mas pelo menos estaremos com instrumentos mais semelhantes para conseguirmos inverter o rumo. Este é um plano inclinado e um documento dissimulado. Afirma-se preocupado com as pessoas e com as empresas. Mas sem correspondência efetiva. A Câmara pode não pecar em pensamento, mas peca em atos e omissões. Este plano que nos é apresentado é incompreensível ao nível da mobilidade. Não se percebe como pode o Município continuar a defender o “Metro de Superfície” como a solução preferencial. Quando o Governo já clarificou que essa não é uma solução. Vamos continuar a perder tempo? Andamos com a cabeça no ar, sonhando com teleféricos. Fomos tramados com a proposta de Tramway. E agora em época de celebração do nascimento, ressuscita-se o



falecido LRT – metro de superfície. Temos de ser bem claros. A mobilidade em Guimarães é um tema estruturante. Resolver os crónicos problemas nas ligações às taipas, Ronfe e Moreira é fundamental. Avançarmos com vias dedicadas para o transporte público, nomeadamente através de BRT é essencial. Assim como é essencial a promoção do transporte público clássico, tal qual o passo que proposta que o PSD apresentou e aprovou em sede de executivo e que hoje novamente voltamos a apresentar. Com todo o respeito por quem está a desempenhar cargos públicos, do nosso ponto de vista este plano e orçamento não responde aos problemas de Guimarães. Não aliviando a vida às famílias em empresas. Continua sem permitir perceber uma política efetiva de promoção do desenvolvimento económico de Guimarães. Continua a ver em santa Clara o alfa e o ómega da intervenção política, não confiando em Juntas efetivamente fortes para a prossecução da coesão. Não responde às políticas de acesso e coesão territorial e de mobilidade que tão fundamentais são para a qualidade de vida. Por tudo isto votaremos contra.” -----

César Nuno da Costa Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Municipal da IL, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Mais uma vez relembro, reduzir impostos, eliminar taxas e burocracias desnecessárias, simplificar a autarquia, democratizar as decisões estruturantes para a autarquia, são pontos fulcrais da visão que temos para este município, para o nosso município. É por termos esta visão tão clara do que pretendemos para Guimarães, que a nossa posição quanto ao documento apresentado foi facilmente tomada. No que diz respeito à educação, cultura e ciência, eixos orientadores do orçamento são tópicos

que, naturalmente, a Iniciativa Liberal concorda. Saudamos naturalmente as preocupações com a coesão social e territorial, tal como a preocupação pela sustentabilidade ambiental. No entanto, é com alguma preocupação que constatamos, mais uma vez, a ausência de uma estratégia real e concreta de investimento que potencie o fator multiplicador da receita investida, num cenário de real criação de riqueza. Correndo o risco de me poder vir a repetir. Estão ausentes estratégias de criação de condições para a captação de investimento privado, colocando Guimarães cada vez mais distante dos seus concelhos vizinhos, principalmente com as sucessivas transferências de população e riqueza para essas áreas geográficas. Parabenizamos o investimento em cultura e no estado social, mas antes de priorizarmos as políticas de dinamização cultural, torna-se imperativo perceber como poderemos fixar a população no município, a nossa população. Jovens, que como eu e que hoje tenho também o orgulho, mas acima de tudo, a responsabilidade de representar que ambicionem crescer em Guimarães, mas acima de tudo fazer Guimarães crescer com eles. Jovens que gritam em todos os cantos do mundo o quão bom e diferente é ser vimaranense. Aquele sentimento de pertença comum, que só nos compreendemos, mas sentimento esse que tem tanto de fantástico como de desolador, porque acreditem que não existe pior sentimento do que quereremos estar num sítio, mas seja por falta de oportunidades ou poder de compra, vemo-nos obrigados a viver debaixo do teto dos nossos pais, ou então, seguir caminho e procurar a felicidade noutra local. Acreditem, enquanto não nos focarmos no problema principal, de nada servirão todos os esforços de dinamização na cultura, se no futuro não existir população para a criar, mas acima de tudo, para a consumir. Porque para mim, e para todos aqueles que me acompanham, uma melhor gestão autárquica tem, essencialmente, de descomplicar a vida das pessoas, permitindo à sociedade prosperar. Uma



melhor gestão autárquica tem de definir claramente as suas prioridades, prioridades essas que devem assentar na vontade de querer “ser” e não de querer “parecer”.” -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Este Plano Orçamental de 2023 para o Concelho de Guimarães é o primeiro em que o CHEGA! Está envolvido de uma forma ativa e escrutinadora. Apesar de em anos anteriores termos tido conversas sobre o mesmo, sabemos que não tínhamos representatividade para que fossemos ouvidos. Não obstante esta maioria Socialista, sentimos que desta vez temos uma responsabilidade maior, devido ao assento que o partido tem na Assembleia Municipal. Assumimos que temos, dentro da nossa perspetiva, vários assuntos a discutir. Mas por ainda termos dúvidas sobre parte dos temas, apresentamos apenas os pontos que temos confiança para solucionar ou implementar. Falamos de Mobilidade, Ação Social, Saúde, Educação, Cultura, Ambiente e outros. Página 36, no Ambiente, está na nossa proposta a criação de um "Parque Norte", uma zona de lazer e desporto na UF de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar e na Freguesia de Gonça; Na proposta do executivo está a criação de mais parques e jardins. Estamos a falar da mesma coisa ou não levam em conta esta nossa proposta? Página 37, sobre a Cultura, falamos na nossa proposta na criação de um espaço cultural, um Teatro, em São Torcato. Na proposta do executivo está escrito "Espaços culturais nas freguesias" A pergunta é a mesma. Estamos a falar do mesmo? Temos também como proposta dobrar os apoios financeiros às Associações que realizaram atividades festivas em 2022. Algo que não vimos em lado nenhum. Na Saúde está na nossa proposta a requalificação de todos os parques infantis, de lazer e de manutenção do concelho tornando-os mais

inclusivos e o estudo para uma USF na Montanha da Penha, nem um vislumbre. Na Ação Social temos na nossa proposta a construção de um centro cívico em Leitões, Oleiros e Figueiredo. Escola, centro de dia, lar de idosos, parque de manutenção e lazer, que fixem esta população e para que tenham algumas valências que territórios vizinhos têm. Propomos também a construção de Habitação Social, onde a Junta de Freguesia teria também uma palavra a dizer, nas Freguesias de Lordelo, Abação e São Torcato. Sobre estes pontos um vazio. Na educação, vazio, apesar de haver uma luz para a Escola da Abação. A proposta de Áreas de Serviço de Autocaravanas, em São Tiago de Candoso e Mascotelos, em Ronfe e em Briteiros São Salvador e Santa Leocádia vazia. Parque de Campismo em Sande Vila Nova e Sande São Clemente, vazio. Por fim a Mobilidade, temos na nossa proposta a alteração ao caderno de encargos, para criar um serviço circular na periferia. Ronfe, Pevidém, Moreira, Polvoreira, Abação, São Torcato, Barco, Caldelas e de volta a Ronfe. E tantas outras. Mas um vazio é a resposta da Câmara Municipal. Algo que podemos acrescentar hoje também é sobre os cemitérios, todos devem ser revistos de uma forma isenta e urgente. Peço-lhe Senhor Presidente, que visite com urgência todos eles. Pois a palavra vazio, que se aplica a este orçamento, não é aplicável a estes locais definitivamente. Nas atividades apresentamos uma proposta no âmbito do Desporto chamada "Taça de S. Mamede", que além de ambiciosa e desafiante, engloba vários pontos relacionados com o passado, presente e futuro."-----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: "A CDU considera que esta proposta de orçamento para 2023 não causa qualquer surpresa e este executivo apenas demonstra uma gestão Incompetente, Cansada, sem Ambição e Eleitoralista. Os anúncios surgem atrás uns dos



outros prometendo melhores dias para Guimarães, contudo não passam disso mesmo: anúncios. Para além de não trazer nenhuma novidade, o Orçamento e Plano de Atividades para 2023 constituiu um fator de preocupação exatamente por ser apresentado como um projeto de continuidade, porque isso significa a continuidade da inação e do desleixo. Algumas das nossas preocupações passam pela falta de soluções concretas para 4 áreas - a Habitação, a Mobilidade, o Ambiente e as consequências da Transferência da administração central para a Administração Local na área da Educação e da Ação Social. Preocupa-nos que não se tenha encontrado mais e melhores soluções para o Problema da Habitação, que sabemos ser um problema em todo o país, e que em Guimarães apesar de se intensificar nos últimos anos, foi sempre uma questão de preocupação para os seus habitantes. Falta e vai continuar a faltar habitação a preços acessíveis e a construção de uma política de habitação municipal verdadeiramente social e equilibrada. Sabemos que a garantia do direito à habitação é uma responsabilidade do poder central, mas não podemos aceitar uma Câmara que apresenta tímidas respostas perante os dramas de famílias que vivem sem condições, perante jovens que não podem constituir família e sair de casa dos pais, pelos preços especulativos da habitação, mesmo que continuem a existir centenas de casas sem gente por todo o concelho. Relativamente à Mobilidade o que verificamos nesta proposta não vai muito mais além do que já conhecemos, mesmo que tenha sido aprovada no Conselho Municipal de Educação de Guimarães, sem nenhum voto contra, uma proposta que reivindicava a gratuidade dos transportes, para os estudantes vimaranenses. E assim vamos continuar sem apostar na criação de novos hábitos, sustentáveis, das gerações mais jovens que, à semelhança de outros municípios, poderiam circular em todo o concelho aos fins-de-

semana e nas interrupções letivas. Visto que Guimarães continua na corrida a Capital Verde Europeia, a aposta nos transportes públicos coletivos acessíveis, eficientes, confortáveis e com horários regulares é essencial. E em Guimarães os transportes públicos não se podem resumir à nova concessão, é preciso exigir que seja devolvido o Alfa, para que nos seja devolvido mais um horário da ligação que já tivemos a Lisboa. E é urgente que se identifiquem as necessidades de ligação aos concelhos do Quadrilátero e que se encontre uma solução eficiente que coloque Guimarães ao nível dos outros municípios que neste momento têm mais ligações entre eles. A CDU considera e reforça, no momento em que está em consulta pública o Plano Nacional Ferroviário, que a ligação ferroviária a Braga seria essencial para o transporte sustentável de passageiros e de matérias-primas. Entretanto, a opção é continuar a discutir quais as melhores opções, se teleféricos, BRT ou LRT, e vamos continuar, portanto, sem que o executivo de maioria PS assuma e construa uma real política de mobilidade para Guimarães. Enquanto isso, o executivo terá, com certeza, uma boa explicação para justificar na candidatura a Capital Verde Europeia a opção pelos avultados investimentos em rodovia. E relativamente à área Ambiental não podemos deixar de lamentar a falta de grandes investimentos e o arrastar de ano para ano de obras que consideramos essenciais. Falamos da velha questão do alargamento do Centro de Recolha Oficial de Animais (CRO) que surgiu orçamentado em 2018 em 340.000 euros e como por opção política se foi adiando a obra está agora orçamentado em 2.325.000. É necessário a concretização da obra, os animais errantes e a forma como são acolhidos não podem continuar a ficar para segundo plano, mas a previsão da conclusão da obra é para 2027 o que demonstra bem que continuaremos sem solução deste problema. Neste Plano de Atividades não se encontra financiamento para a despoluição dos



rios que atravessam o concelho e muito menos para o financiamento de praias fluviais, mesmo tendo sido noticiado pelos órgãos de comunicação locais que os vimaranenses procuram estes espaços ribeirinhos, apesar da falta de qualidade da água. Uma vez que o município diz estar a promover a proximidade dos cidadãos do Rio Ave com a construção da Ecovia do Ave, menos se compreende a falta de orçamento para esta área tão fundamental como é a despoluição das linhas de água. Por último, é para nós importante desmistificar a questão de estarmos perante o Orçamento mais elevado de sempre. O executivo camarário de maioria PS disporá de um Orçamento de 145,8 milhões que inclui os valores associados à Transferência de competências da administração central para a administração local. A CDU sempre se colocou contra esta transferência e contra a forma como foi feita porque consideramos que cabe à Administração Central assegurar que todos os cidadãos tenham iguais oportunidades e acesso aos direitos políticos, económicos e sociais. Só com políticas nacionais podemos dar esta garantia. Gostaríamos também de referir que nos preocupa que este executivo tenha aceite a transferência de competências da área da Ação Social sem questionamentos, num tempo tão incerto para todos, em que o custo de vida aumenta a cada semana que passa. Neste Orçamento e Plano de Atividades o que vemos são projetos já anunciados, “reanunciados” e em alguns casos até questionada a sua execução por parte do senhor presidente da Câmara nas reuniões de Câmara e nas Assembleias Municipais. Quem não se recorda do senhor presidente ter afirmado, na Assembleia Municipal descentralizada em Pevidém, que as escolas do concelho só começaram a ter problemas depois da transferência da administração central para a administração local, quando a CDU questionou para quando as obras na Escola EB 2,3 de Pevidém? Claro que quando o senhor presidente fez esta

afirmação não se recordava que em 2014 prometia obras para esta escola e outras. E lamentamos que sempre que se valoriza a boa gestão das contas do município não se recordem que a Escola EB 2,3 de João de Meira não tem biblioteca nem pavilhão adequado à prática do desporto desde 2010. Este é, pois, um orçamento de continuidade de projetos importantes que foram ficando por executar e continuam a ser anunciados como a solução milagrosa para Guimarães. Muitas destas estruturas e destes investimentos fizeram falta para fixar e rejuvenescer a população, para atrair empresas que apostem na modernização Amiga do Ambiente, na criação de postos de trabalho melhor remunerados. Importantes para a consolidação e o reforço do comércio de rua e do comércio tradicional, em vez da aposta no licenciamento de grandes superfícies. É uma continuidade que não serve Guimarães, que não resolve os problemas do concelho e dos vimaranenses. Continuaremos a ser o concelho dos baixos salários, do emprego instável, enfim, das receitas que já conhecemos e que não resultaram. Assim sendo, a CDU votará contra este Orçamento que consideramos podia e deveria ser mais ousado.” -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A avaliação e debate das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o município é, por excelência, um momento de reflexão sobre que concelho queremos para a nossa população. Fazendo balanços, previsões e críticas e cumprindo o papel escrutinador e deliberativo para nós estabelecido, enquanto representantes das e dos vimaranenses nesta Assembleia, demonstramos a nossa visão de futuro para Guimarães. Nessa ótica é que o Bloco de Esquerda analisa as Grandes Opções do Plano e Orçamento, expondo as carências que motivam o nosso voto contra. Se alguns passos são dados em bom sentido, a verdade é que o momento social e político



exige mais do que o apresentado pelo executivo camarário. Classificamos o plano como insuficiente na resposta necessária às várias crises que vivemos – económica, social e climática. A diminuição brutal do poder de compra da população durante o ano de 2022 agravou a já patente crise habitacional em Guimarães, onde se torna cada vez mais difícil arrendar uma casa a preços que reflitam o real poder económico da população, num concelho que gentrifica o centro urbano, expulsando as e os vimaranenses empurrando-os para as áreas periféricas ou para concelhos vizinhos. Guimarães é incapaz de fixar população jovem e é alheia ao combate ao mercado de arrendamento especulativo. A inação do município, mascarada pela aquisição e incentivos à construção por parte do setor privado de habitação a custos controlados, que ninguém quis, está bem patente neste plano. Apenas o planeamento de um parque municipal de habitação, como o Bloco de Esquerda há muito defende, poderá dar os passos necessários na resolução deste problema estrutural. Continuamos a aguardar que, como muitas outras vezes aconteceu no passado, o PS acabe por nos acompanhar ainda que tardiamente nesta proposta, reconhecendo a sua oportunidade, como aconteceu recentemente quanto à retirada de circulação automóvel no centro da cidade. Veja-se também a questão da mobilidade. É um dos objetivos principais do Bloco de Esquerda em Guimarães que se avance para a progressiva gratuidade dos transportes públicos urbanos. Os que a classificavam como uma ideia utópica, despesista e irresponsável, começam hoje a juntar-se a um campo mais amplo para o seu apoio, como se percebe na pág. 9, e quanto à implementação de zonas 30, na pág. 10, do documento agora em discussão. Em Guimarães, o conselho Municipal da Educação aprovou uma proposta com vista à gratuidade dos transportes públicos para os estudantes, mas sem desencadear a tão necessária gratuidade. O

executivo continua a não visualizar as potencialidades de uma medida que incentivaria ao uso da rede pública de transportes coletivos, libertando famílias do uso exclusivo do automóvel próprio, reduzindo tráfego e emissões de carbono e auxiliando não só quem hoje já necessita de recorrer a estes meios, como quem se viu forçado a fazê-lo pelo aumento brutal do preço dos combustíveis fósseis. Uma medida também de justiça climática, numa altura em que Guimarães pretende ser Capital Verde Europeia, sem que esteja a traçar para isso um verdadeiro plano local de combate às alterações climáticas. No documento que agora analisamos, Guimarães reitera a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, propõem-se adotar políticas de sustentabilidade ambiental e neutralidade carbónica. Por isso pergunto, Sr. Presidente, que medidas concretas e não apenas meramente teóricas, estão a ser levadas a cabo junto do tecido empresarial, no sentido desse desígnio, pois que, por muito valor que se lhes reconheça, só brigadas verdes não chegam. O aumento do risco de pobreza e exclusão social motiva também uma preocupação redobrada que não vemos plasmada neste Plano. A perda de rendimento real das famílias, com a inflação galopante, agravou em 2022 com a situação de Guerra na Ucrânia, uma situação dramática herdada do período pandémico. Perante a inação do executivo central, obcecado somente com o cumprimento das metas financeiras a curto prazo, cabe ao poder local responder com maior proximidade aos problemas concretos dos seus munícipes. No Plano, sentimos que a relutância do PS a nível nacional é legada ao PS local, na mesma ótica conservadora. O Bloco, reconhecendo a importância de uma política de responsabilidade orçamental, sabe que não é na degradação das condições de vida das e dos trabalhadores que mora o caminho da recuperação económica. Falta hoje ao município reforçar a verba para apoios sociais e fortalecer o combate à crise económica e social e por isso



também o Bloco de Esquerda rejeita proposta apresentada. Habitação, Mobilidade, Ação Social. Três eixos fundamentais para o Bloco de Esquerda e para as e os vimaranenses que esperariam uma maior aposta numa política de justiça económica, social e climática. Este Plano do município de Guimarães para 2023, comete os mesmos erros do passado e atua parca e tardiamente. O tempo saberá dar razão a quem considera os esforços do executivo insuficientes e a quem exige mais. Daqui a um ano aqui estaremos novamente, com o PS ou a reconhecer isto mesmo, ou a lamentarmos uma vez mais os mesmos problemas de sempre.” -----

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve:

“Sendo esta a minha primeira intervenção após assumir a liderança do grupo parlamentar do partido socialista, que muito me honra, endereço um cumprimento especial a todos os presentes, na expectativa de um debate político profícuo e elevado em prol de Guimarães e dos vimaranenses que nos elegeram. Certa que muito separa as diferentes bancadas em termos de ideais e políticas, é, porém, grande a causa que nos une: o bem-comum de Guimarães e dos Vimaranenses. A bancada do partido socialista, no respeito pela legitimidade democrática conferida pelos nossos concidadãos, prossegue uma ação aberta, dialogante, comprometida e determinada. As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, que agora é submetido à apreciação desta assembleia, é o documento que 1.º transpõe as opções eleitorais do Partido Socialista sufragadas pelos vimaranenses e, 2.º estabelece um conjunto de compromissos estratégicos do executivo camarário e, 3.º sustenta os investimentos materializando projetos de continuidade e também de novos projetos. As grandes opções do Plano de Atividades e orçamento apresentadas assentam numa lógica de

continuidade em três eixos basilares definidos para o desenvolvimento do território: Educação, Cultura e Ciência que contribuem para a Coesão Social e Territorial e para o Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável. Este plano e orçamento em primeira instância atenta às pessoas em situação de vulnerabilidade ou de qualquer periferia social, num contexto socioeconómico difícil por um quadro pós-pandémico e de guerra na europa. Se fenómenos de pobreza e exclusão social tenderão a agravar-se, pelo menos nos anos mais imediatos, é urgente e necessário refletir e agir estrategicamente, antecipando estes fenómenos e projetando recursos. Neste enquadramento o executivo assume um diálogo social aberto com a sociedade civil, parceiros sociais e detentores de interesse do território, como a rede social, para a constituição de políticas sociais de interesse concelhio e a implementação de respostas sociais ajustadas e inovadoras, assentes no conhecimento profundo das idiosincrasias do território e das pessoas que o habitam. Paralelamente são disponibilizados diferentes apoios para as funções sociais seja através apoios ao transporte escolar; ação social escolar; refeições escolares; apoios diretos a cidadãos em situação de vulnerabilidade; a projetos sociais e comunitários; subsídios há instituições do sector social (RMISG); transferências para a intervenção direta do município (Fraterna, CASFIG); entre outros. No que concerne à habitação as políticas do município assentam numa política orientada para o acesso universal a uma habitação adequada; que coloca no seu centro as «pessoas». De uma Política de Habitação Social para uma Política Social de Habitação, destacando da ação do executivo camarário: - A política de reabilitação dos edifícios, incluindo as intervenções que promovam a eficiência energética, no atual parque imobiliário municipal, - A Construção de habitação a custos controlados (com a aquisição de 172 habitações – com apoio do PRR); - No domínio da intervenção nas habitações sociais do IHRU,



está em curso a tão necessária reabilitação dos Bairros Sociais de Gondar - E, o apoio ao arrendamento para famílias vulneráveis. A educação é, desde sempre, um desígnio do partido socialista e central na governação camarária. O Município desenvolve um trabalho articulado e regular de toda a comunidade educativa vimaranense numa morigerada articulação institucional; paralelamente a um reforço contínuo do investimento na qualificação e capacitação das escolas; no acesso a condições de aprendizagem, meios e recursos educativos, mas também, num conjunto alargado de ações e projetos para todas as faixas etárias e para todo o território. Neste ponto das grandes opções do plano e Orçamento para 2023 atente-se: - A Melhoria do parque escolar, com o início das obras da EB 2,3 de S. Torcato, uma obra escola nova e Escola Básica de Abação. - Será também o ano em que serão concluídos os projetos para as requalificações da Escola EB2,3 de Pevidém, da Escola Básica e Secundária Santos Simões e do Centro Escolar de Azurém. E, será efetuado o lançamento a concurso da obra da sua biblioteca da João de Meira. - A Criação de alojamento para estudantes através da reabilitação da antiga escola de Santa Luzia – constitui-se como um passo importante para Guimarães Cidade Universitária, infraestrutura entregue em comodato à UM para realização da obra, financiada pelo PRR. - Neste âmbito terá lugar ainda o lançamento do concurso e execução da obra de raiz da Residência para estudantes no AvePark, que representa um importante passo para o aumento da disponibilidade de alojamento para os seus estudantes e investigadores, e para a afirmação e crescimento deste importante Parque de Ciência, de formação e de emergência de empresas de base científica. Nesta interseção entre a educação e a ciência, refira-se o Avepark, onde se encontra instalado um conjunto de projetos na área da ciência e do conhecimento de renome

mundial, (como o I3B's, da Universidade do Minho, que terá no Instituto Cidade de Guimarães um local para desenvolver ainda mais investigação com qualidade. E, também a colaboração estreita e permanente com a Universidade do Minho, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e a Universidade das Nações Unidas. - Neste âmbito serão instalados os Cursos de Engenharia Aeroespacial e Ciência dos Dados, já em funcionamento no Campus de Azurém, nas futuras instalações da Fábrica do Arquinho, na Caldeiroa. - E, esta ligação entre centros de investigação e empresas será ainda mais reforçada, assim que seja concluída a instalação da Academia de Transformação Digital na Fábrica do Alto, em Pevidém. No eixo da cultura as grandes opções do plano ganham substância através da a instalação, no Teatro Jordão e Garagem Avenida, da Escola de Artes Performativas e Artes Visuais da Universidade do Minho e do Conservatório de Música de Guimarães, no enquadramento sui genesis do Bairro C: Criação, conhecimento, criatividade, comunidade, couros, (reconhecido e premiado do concurso “os municípios do ano Portugal 2021” da plataforma UM-Cidades, da Um.) A Política cultural estruturada reforçou a programação cultural em espaço publico; a democratização cultural e a democracia cultural. Facto visível também no apoio a associações culturais e artistas através do programa IMPACTA: que reconhece o território, as pessoas, as suas idiossincrasias e o potencial das associações, entidades e tecido sociocultural no envolvimento e comprometimento com a cultura. Aliada ao financiamento da Oficina veículo fundamental organizador de uma oferta cultural eclética, numa ação morigerada e articulada projeta a dimensão cultural do território no contexto nacional e europeu. No domínio da valorização patrimonial, e após a entrega da candidatura para o alargamento da área classificada como Património Cultural da Humanidade à Zona de Couros, espera-se que, muito em breve, possa vir a ser integrada na área



classificada, reforçando o papel de Guimarães como Cidade de Cultura e de Património. Serão ainda concluídos os projetos de valorização patrimonial do Castro de Sabroso, dos Fornos da Cruz de Pedra e a requalificação da Torre da Alfândega. Na esteira destes objetivos um dos maiores desígnios da nossa geração, senão o maior, é sermos capazes de suprir as nossas necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas. Esta é uma questão complexa, inacabada e das grandes contendas que a Humanidade atravessa. Conscientes de que é decisivo implementar novos modelos, metodologias e práticas mais eficientes e sustentáveis, a aposta estratégica no Ecosistema de governança GMR 2030 adota: - A Neutralidade carbónica e sustentabilidade ambiental em proximidade com as escolas, as juntas freguesias e as brigadas verdes; - A Transferência, ao abrigo do contrato programa, para o Laboratório da Paisagem dos projetos de educação e investigação ambiental; - O Plano de gestão de biorresíduos; almejando alcançar 70% de cobertura concelhia; - Diferentes projetos tendentes à pedonalização do Centro Histórico e ao condicionamento do trânsito; entre outras ações. - Sublinhe-se que será submetida uma nova candidatura a Capital Verde Europeia a partir do trabalho que está a ser desenvolvido pela estrutura de missão para o desenvolvimento sustentável GMR 2030. No que concerne à política de transportes públicos, destaque-se, além da nova concessão de transportes público rodoviário de passageiros e a criação de serviços de transportes públicos flexíveis. E, ainda na mobilidade, referência especial para a conclusão dos seguintes projetos: - Uma nova entrada para o Hospital Senhora da Oliveira pela Circular Urbana; - O desnivelamento da rotunda do Salgueiral, na Estrada Nacional 105; - A requalificação da EN 206, entre Guimarães e Famalicão, incluindo a Centralidade de Ronfe. - A finalização da

requalificação rua 24 de junho em Aldão e Atães, - A requalificação da zona do cemitério da rua da Eirinha e via de acesso à autoestrada em Serzedelo. - E a 2.ª fase da construção da via do Avepark que garante uma melhoria nas condições de acesso, segurança e circulação, entre o Parque de Ciência e Tecnologia de Guimarães – AvePark, Guimarães e os principais eixos rodoviários como o Porto, aeroporto e que redistribuirá o trânsito e promoverá a mobilidade naquela área do concelho. Publicada em diário da república, no dia de ontem, com o despacho 14385/22, dos gabinetes do secretário de estado da conservação da natureza e florestas, e o reconhecimento como “ação de relevante interesse publico”; entre outros; - Promoção da mobilidade suave pedonável e ciclável, através da aposta nas zonas 30 e de Projetos de ligação da ecovia da cidade ao parque de Ardão e à ecovia da ave; - E, a promoção da mobilidade elétrica através do reforço da rede de carregamento rápido. Para uma conseqüente melhoria das condições de vida dos cidadãos o executivo camarário lança um olhar estruturante no que diz respeito à gestão do território e ao seu ordenamento procurando uma revisão do Plano Diretor Municipal criando, assim, condições para a construção de habitação e implementação industrial. Continuará a ser desenvolvido o trabalho tendente à requalificação e refuncionalização do Largo da Misericórdia, da Alameda Norte, Toural Norte e Rua de Santo António, colocando à mesma cota passeios e via, com vista à pedonalização do Centro Histórico e ao condicionamento do trânsito na zona envolvente, disponibilizando infraestruturas e mobiliário urbano dedicadas a diferentes faixas etárias, devolvendo o espaço urbano às pessoas. De acordo com o Plano de Investimentos aprovado em reunião de Câmara, será implementada uma Loja do Cidadão de nova geração. Numa dimensão económica, a cooperação entre os centros de investigação e empresas será ainda mais reforçada,



assim que seja concluída a instalação da Academia de Transformação Digital na Fábrica do Alto, em Pevidém. - Na Cruz de Pedra, na Quinta do Costeado, a Escola Hotel do IPCA terá um novo procedimento de concurso para a obra, prevendo-se o seu início em 2023. - O Município propõe a criação de um Parque Industrial Sustentável na Zona Sul do Concelho (Ecoparque industrial). - E, continuará o acompanhamento de proximidade às empresas de Guimarães através da divisão de desenvolvimento económico. Em jeito de conclusão, este é o documento orientador, ambicioso e estratégico das políticas públicas para o próximo ano civil. Orientador, pois, antes de mais reflete o programa eleitoral do PS e suas propostas validadas e legitimadas nas últimas eleições autárquicas. Ambicioso, pois, enceta um incremento avultado de investimento e iniciativas. Estratégico na continuidade e integridade na prossecução dos objetivos planeados e naquilo que são os pilares: Mais Coesão social e Territorial e Mais desenvolvimento ambientalmente sustentável.”-----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Analisamos e votamos hoje um orçamento de cerca de 145 milhões de euros, que tem uma variação de 38 milhões de euros relativamente ao ano passado, ou seja, um acréscimo de 35,51%. Temos a perfeita consciência que não deve ter sido fácil elaborar este orçamento, em períodos absolutamente inéditos nesta geração, ou seja, num período pós-pandémico e em plena guerra na Europa, com a inflação a atingir os dois dígitos em Portugal, não obstante, o Governo do Partido Socialista querer fazer acreditar os portugueses que a mesma não passa dos 7% em 2022 e não ultrapassará os 4% em 2023. Algo que só se compreende atendendo ao facto de estarmos em Dezembro e, por tradição, acreditarmos na chegada do Pai

Natal! E se compreendemos as dificuldades na elaboração do orçamento, o mesmo já não acontece relativamente ao seu conteúdo. Como tem sido apelidado, desde logo, por vários organismos do partido socialista e de vários quadrantes, estamos perante um orçamento de continuidade. O que, na verdade não se compreende. Como é possível elaborar um orçamento de continuidade, quando todas as premissas que suportam esse orçamento, o que menos têm é continuidade, mas sim, uma variedade? Logo por aí, entendemos que o Executivo deveria ter tido outra abordagem na definição das linhas estruturais do orçamento. Sem querer entrar em muitos pormenores técnicos, há uma série de considerações que não nos podem passar ao lado. Desde logo: Em período em que o próprio governo lança apoios extraordinários para combater as dificuldades das famílias, não faria sentido baixar os impostos, designadamente o IMI e a derrama, de forma a apoiar de forma direta os vimaranenses? O impacto de tal medida não seria significativo em termos de receita municipal e, seguramente que seria um impacto extraordinariamente positivo na carteira das famílias e das empresas. Não vou alongar mais esta reflexão, até porque, a mesma será objeto de análise mais pormenorizada no ponto específico previsto para o efeito na ordem de trabalhos desta assembleia. Contudo, não podemos deixar passar em claro a afirmação do executivo em que "...a perda de receitas teria consequências na perda de atividade e investimento..." Mas qual investimento? Aquele que a autarquia não consegue atrair e captar para Guimarães? Com a capacidade de atração de investimento que Guimarães tem, ou melhor, que não tem, a oscilação das receitas não tem qualquer efeito nesta matéria. Continuando na análise do documento e à sua discussão, é referida a preocupação com a área social, o que nos parece bem, tal como já referimos em parágrafos anteriores. A questão é que, das palavras aos atos vai uma diferença muito grande e, o apoio social direto



que este orçamento prevê é de cerca de 5 milhões de euros, não chegando sequer à fasquia de, pasme-se, 3,5%. Fazemos ainda uma referência às freguesias e à sua pseudoindependência. Causa-nos muita estranheza que o município tenha um discurso com o governo central, e na nossa perspetiva, bem, mas depois, no seu relacionamento com as freguesias utiliza todo o seu contrário, disponibilizando os envelopes financeiros de forma absolutamente aleatória, e, condicionando as estratégias das freguesias, conforme é a sua visão política, ou melhor, partidária. Do ponto de vista da mobilidade, um dos grandes calcanhares de Aquiles do nosso concelho, verifica-se uma afetação na rubrica de transportes de cerca de 6 M€, o que corresponde a pouco mais de 4% do valor do orçamento previsto para 2023. Este não investimento, continua a contribuir para as grandes assimetrias do nosso concelho, que, como todos nós sabemos são cada vez maiores. Não obstante o programa porta 65, que é reduzido e limitado, não se vislumbra neste orçamento uma política estratégica e estruturada direcionada à habitação. E continuando pela área da educação, vemos um orçamento com uma mão cheia de intenções que, espero em 2024 estar a aprovar com uma palavra de aclamação ao executivo. A verdade é que as obras se inscrevem nas devidas rubricas ano após ano, mas isso, é muito diferente de executá-las no terreno e colocá-las à disposição dos munícipes. Apenas como exemplo dou os casos da Escola de S. Torcato e/ou do Centro Escolar de Azurém. Para terminar e em resumo: Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquilo que menos precisamos é de um orçamento de continuidade, quando a sociedade está mais fraturante do que nunca, pelo menos desde 1945. O que precisamos é que haja um orçamento com investimento, que permita alavancar a economia da cidade e do concelho e, não pelo contrário, continuar a fazê-la perder competitividade. Não basta anunciar que estamos

perante um orçamento ambicioso, quando, na verdade, a análise do documento diz-nos precisamente o contrário. Aliás, ouvindo a sua apresentação, a mesma diz de continuidade e não de ambição com o objetivo de nos aproximarmos dos concelhos que têm desempenhos melhores que os nossos e seguem à nossa frente no ranking e, simultaneamente, distanciarmo-nos, daqueles que são menos competitivos que nós. Razões mais que suficientes e sustentadas que nos obrigam a votar contra este plano e orçamento.” -----

Flávio Romeu de Sousa Freitas, Presidente da Junta da Freguesia de Conde e Gandarela, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Nesta minha intervenção, pretendo tecer algumas considerações e análise, tão sucinta quanto possível, sobre o Orçamento para 2023 que ora é submetido, pelo executivo municipal, à apreciação e aprovação desta Assembleia e completando a intervenção da deputada Gabriela Nunes. Assim gostaria de começar com uma questão prévia: Pode um orçamento ser simultaneamente ambicioso e, nessa ambição, corporizada sobretudo ao nível do investimento, ser exequível e por isso compatível com os compromissos políticos e financeiros do município? A resposta é, claramente: sim. E sim porque este é um orçamento que faz jus a essas premissas e reflete uma saúde financeira equilibrada, podendo assim acomodar e corporizar as ambições legítimas dos vimaranenses ao nível do investimento público de qualidade, de responsabilidade e assente em boas práticas de gestão. Como costume dizer, os números são o que são, e de facto estes, neste em particular, são claramente bons. Se não vejamos: Numa primeira e transversal análise constata-se que o Orçamento total atinge o montante 145,8 M€ o que corresponde a um crescimento de 36%, ou seja mais 38,6 M€ face ao orçamento de 2022. Num olhar mais atento, constata-se, igualmente, que esta alavancagem é alicerçada pelas



transferências do governo central e, sobretudo, pela captação de fundos Comunitários através dos diferentes mecanismos disponíveis a que o Município recorre, de forma criteriosa, para financiar os investimentos tão necessários ao desenvolvimento da economia local e bem-estar da nossa população. Depois, na análise ao equilíbrio orçamental, verifica-se também que a despesa corrente fica bem aquém do limite regulamentar; limite esse que, na prática, nos é dado pelo valor das receitas correntes 107,8 M€ que, descontado do valor do serviço da dívida de cerca de 6,3 M€, impõe um teto máximo de despesa corrente de 101 M€. Ora a despesa corrente orçamentada corresponde a 88,3 M€, situando-se 13 M€ abaixo desse limite - que nos é imposto pelo art.º 40º da RFALEI Regime Financeiro das Autarquias Locais e Intermunicipais Pelo lado da receita, este orçamento decompõe-se em dois grandes blocos: a) receita corrente, no montante de 107,8 M€ correspondente a 74% da receita total e regista um crescimento de 21% comparativamente ao orçamento de 2022, isto apesar do contexto conjuntural difícil. b) A receita de capital, no montante de 38 M€, correspondente aos restantes 26% da receita total estimada, registando um crescimento de 19,8 M€ em período homólogo. Pelo lado da despesa: a) Temos uma despesa corrente com uma dotação estimada de 88,3 M€, que corresponde a 82% da receita corrente, libertando, assim, 19,4 M€ para investimento; b) E temos a despesa de capital (leia-se investimento) com uma dotação estimada em 57,4 M€, alavancada pela dotação da receita de capital no montante de 38 M€ e pelo diferencial entre a receita e a despesa corrente no montante de 19,4 M€. Constata-se, assim, numa análise mais ponderada aos números apresentados, que a receita corrente apresenta um elevado grau de cobertura da despesa corrente, o que é de facto muito positivo. Aliás, o rigor e as boas práticas de gestão orçamental que este

executivo nos tem habituando ao longo dos anos, permitem uma alavanca de financiamento, proveniente da receita corrente, em grande parte de receitas próprias, no montante de cerca de 19,4 M€: a) De facto, do investimento total previsto de 57,4 M€, 34% deste investimento é financiado pela aporção de 18% das receitas correntes. Importa ainda referir que este rigor tem contribuído também para a melhoria sistemática da posição financeira do município, porquanto assente, sobretudo, numa disponibilidade financeira com recursos próprios. Logicamente apesar do direcionamento do orçamento para a convergência assente em três eixos fundamentais para a coesão do território – Educação, Cultura e Ciência - este é também um orçamento com uma forte consciência ambiental que se pretende transversal a toda a política orçamental: Finalizo a minha intervenção, com a certeza que este plano e orçamento vai totalmente de encontro à política pública que o Partido Socialista defende para o nosso Concelho, procurando investir de forma inequívoca no nosso território como um espaço de referência para se viver, e com a flexibilidade necessária, para face ao contexto socioeconómico complexo, reorientar investimentos, se necessário, para continuarmos no caminho da correção das assimetrias sociais e territoriais de forma sustentável, criando uma comunidade mais coesa num ambiente urbano de excelência.” -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, a propósito da divulgação dos dados do Anuário Financeiro dos Municípios respeitantes a 2021, referiu que Guimarães, no total da receita cobrada, não aparece nos primeiros 35 municípios com maior peso provenientes da receita de impostos e taxas e licenças. Referiu, também, que Guimarães está em 13º lugar dos municípios com maior volume de receita cobrada e arrecadada, pois, como foi referido por Flávio Freitas na sua intervenção, as fontes de financiamento do Município de Guimarães são as taxas, licenças e impostos municipais, mas,



também, muitos Fundos Europeus, aos quais agora se associa o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Acrescentou que, no plano de investimentos financiado pelo PRR, a Câmara Municipal tem obras importantes, como é a habitação a preços controlados, a residência para estudantes e a via de ligação ao Avepark, estando, também, a prever financiamento no novo Quadro Comunitário de Apoio, para a reabilitação e requalificação da EB2,3 de S. Torcato. Continuando, disse que Guimarães tem tido, ao longo dos anos, um orçamento equilibrado por ter sabido captar Fundos Europeus, Fundos Comunitários e Fundos Governamentais. Saliu a importância das intervenções feitas na área da habitação social, e que têm passado despercebidas, como a reabilitação energética dos edifícios de habitação social, financiadas por Fundos Europeus, obra de referência a nível nacional, contemplada nos objetivos da sustentabilidade ambiental e que ajudará nos rendimentos das famílias, pela redução da fatura energética. Referiu, depois, que as dimensões essenciais do desenvolvimento de Guimarães, pormenorizadas na intervenção de Gabriela Nunes, e que diferencia as cidades nacionais e europeias na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, é a cultura, a ciência e a educação. Embora Guimarães seja uma cidade atrativa, que preserva o seu legado histórico projetando-o na construção do futuro e que tem fatores diferenciadores baseados na ciência e na cultura, recordou que este Plano e Orçamento tem verbas importantes de suporte à revisão do Plano Diretor Municipal, onde a Câmara assumiu uma intervenção no território, através da construção de infraestruturas para localização de habitação e indústria. Acrescentou que o contexto económico e social do território vimaranense, não esquecendo o robustecimento que a Câmara Municipal faz na área da educação e na ciência, necessita, agora, de concluir a revisão do Plano Diretor Municipal

para que as empresas, quer para ampliação, quer para novas empresas que se queiram instalar em Guimarães, não tenham falta de solo disponível para o fazer. Acrescentou que a revisão do Plano Diretor Municipal contempla, definitivamente, uma figura jurídica, os PCP – Propostas de Contrato de Planeamento - que permitirá, através de um plano de pormenor apresentado pelo promotor privado, e atenta a concordância da Câmara Municipal, sem alteração do PDM, poder afetar terrenos de reserva à atividade económica ou à habitação. Prosseguiu, salientando a necessidade de intervir nas camadas sociais da população, na política inclusiva - que tem que ser concreta, na disponibilidade de habitação social e económica ou de rendas acessíveis - reconhecendo, neste tema, o papel importante da iniciativa privada. Considerou este Plano e Orçamento ambicioso para a capacidade financeira do Município, contando com o apoio do Governo para muitos dos seus projetos, sem o qual não se conseguirão concretizar. Finalizou, evidenciando o valor da harmonização entre o território, a proteção da natureza e o desenvolvimento económico e social para a sociedade, quer para o presente, quer para o futuro. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por César Nuno da Costa Teixeira, André Filipe Mendes de Castro Almeida, Paulo Miguel Lima Peixoto e Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **53 votos a favor** (22 eleitos do PS e 31 Presidentes de Junta do PS) e **34 votos contra** (12 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleito do CH, 1 eleito do BE e 1 eleito da IL). -----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO** -----



César Nuno da Costa Teixeira, em nome do Grupo Municipal do PSD, proferiu o seguinte: “Acho que a primeira grande noção que nós precisamos ter quando estamos numa situação, que não é aquela que desejamos, é de ter a noção do erro, assumirmos o erro, com humildade, percebermos que durante alguns anos estivemos numa trajetória que não era aquela que, naturalmente, nos levaria àquelas que seriam as melhores soluções para o nosso município - assumir e corrigir. Aquilo que nós hoje verificamos deste debate é que continuamos a ter um Município que continua a viver numa ilusão. Na ilusão de quem pensa que tem uma determinada realidade, que não é aquela que, efetivamente, se acaba por impor. E por mais estudos que possamos encomendar, basta analisarmos aqueles que já temos e que foram encomendados pelo próprio Município, para verificarmos que, no dizer desses mesmos estudos, a situação económica e social de Guimarães merece reflexão profunda. Facto indesmentível, é que, hoje, o Município pela primeira vez assumiu, de forma tácita, e não expressa, que errou, porque em 2015 poderíamos ter feito um PDM que não foi aquele que, na altura, já se exigia. Outros, nesse momento, fizeram-no, outros, nesse momento, aproveitaram as oportunidades legais para construírem um quadro jurídico que lhes permitiu atingir os patamares que atingiram e que se tornaram atrativos aquelas pessoas que, infelizmente, acabam por sair também de Guimarães. Metemos a cabeça debaixo da areia. Não assumimos os erros. Hoje estamos a correr atrás do tempo, infelizmente. Porque não ficamos convencidos com nenhum dos argumentos, naturalmente votamos contra.” -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de

12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU**, por maioria, **APROVAR** a ata em minuta, com **1 abstenção** (Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Municipal do PSD). -----

Pela uma hora e dez minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade no dia 19 de dezembro, pelas 21:00 horas. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. -